

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD

ARIELI FERNANDES ZAGO

UM OLHAR INTERDISCIPLINAR PARA O ESPAÇO PÚBLICO:
AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PARQUE DA PEDREIRA
EM CAMPO MOURÃO-PR

CAMPO MOURÃO - PR

2025

ARIELI FERNANDES ZAGO

**UM OLHAR INTERDISCIPLINAR PARA O ESPAÇO PÚBLICO:
AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PARQUE DA PEDREIRA
EM CAMPO MOURÃO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa

CAMPO MOURÃO - PR

2025

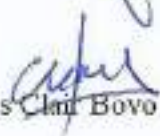
ARIELI FERNANDES ZAGO

**UM OLHAR INTERDISCIPLINAR PARA O ESPAÇO PÚBLICO: AVALIAÇÃO DA
INFRAESTRUTURA DO PARQUE DA PEDREIRA EM CAMPO MOURÃO - PR**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fabio Rodrigues da Costa (Orientador) – Presidente



Prof. Dr. Marcos Clait Bovo – Unespar, Campo Mourão

Prof. Dr. Tarcísio Dorn de Oliveira – Unijui, Ijuí

Data de Aprovação

09/04/2025

Campo Mourão - PR

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ZAGO, Arieli Fernandes

Um olhar interdisciplinar para o espaço público:
avaliação da infraestrutura do Parque da Pedreira em
Campo Mourão-PR / Arieli Fernandes ZAGO. -- Campo
Mourão-PR, 2025.
93 f.: il.

Orientador: Fábio Rodrigues da Costa.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2025.

1. Espaço Público. 2. Inclusão. 3. Segurança. 4.
Qualidade de vida. 5. Interdisciplinaridade. I -
Costa, Fábio Rodrigues da (orient). II - Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade concedida de realizar esse sonho e por me dar forças e sabedoria todos os dias. Agradeço também aos meus pais por se dedicarem tanto na educação dada aos filhos, e nos ensinarem que estudo e conhecimento são os principais bens que devemos conquistar. Agradeço então, aos meus irmãos e seus cônjuges que estão sempre comigo, em uma rede de apoio para tudo o que for necessário. Em especial, agradeço a meu marido, Jonathan, pela dedicação em nosso relacionamento, sempre entendendo os momentos de estudo e escrita com muita paciência e amor.

Agradeço também ao meu orientador, professor Fabio Rodrigues da Costa, por toda dedicação junto a pesquisa e por confiar no meu potencial nessa jornada. Estendo assim, os agradecimentos aos demais professores do PPGSeD, e aos demais colegas de turma, pelo aprendizado adquirido e as trocas de conhecimento sempre válidas. De modo especial, agradeço à minha colega engenheira Mariana Malamim do Nascimento que desde o início da jornada na pós graduação esteve ao meu lado, como parceira de estudos.

A todos, muito obrigada.

ZAGO, Arieli Fernandes. **Um olhar interdisciplinar para o espaço público:** avaliação da infraestrutura do Parque da Pedreira em Campo Mourão-PR. 93f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMO

A interdisciplinaridade é uma área do conhecimento na qual diferentes ciências cooperam entre si para desenvolverem um assunto em específico. Para esta pesquisa, o tema abordado de forma interdisciplinar é o espaço público, com um recorte espacial no Parque da Pedreira em Campo Mourão – Paraná. O diálogo interdisciplinar ocorrerá por meio do conceito de espaço público, e sua importância para a qualidade de vida da população local, incluindo conceitos da arquitetura, geografia e sociologia. O objetivo geral da pesquisa é avaliar a infraestrutura do parque, destacando as problemáticas e potencialidades de uso. Para a avaliação do Parque da Pedreira foi aplicado o método de estudo de campo, juntamente com a abordagem qualitativa e o método hipotético dedutivo, tendo a seguinte hipótese: o Parque da Pedreira de Campo Mourão não atende os requisitos básicos de segurança, acessibilidade e inclusão, mesmo sendo um projeto recém executado. Como instrumento de geração de registros aplicou-se o desenvolvido por De Angelis (2000) e adaptado por Bovo (2009), com a realização de um levantamento físico e posterior avaliação sobre a infraestrutura física do local a partir de termos de referências previamente definidos, além disso, também será avaliado a inclusão, a segurança e a acessibilidade no espaço do parque, observando a mesma metodologia. Como resultado, a hipótese se confirma parcialmente, pois o parque possui itens que são adequados e outros não. Assim, esta pesquisa apresenta as potencialidades e deficiências de infraestrutura do local, além de propor intervenções que possam melhorar a espacialidade do parque.

Palavras-chave: Espaço Público, Inclusão, Segurança, Qualidade de vida, Interdisciplinaridade.

ZAGO, Arieli Fernandes. **An interdisciplinary look at public space: assessment of the infrastructure of Parque da Pedreira in Campo Mourão-PR.** 93f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2025.

ABSTRACT

Interdisciplinarity is a field of knowledge in which different sciences cooperate to develop a specific subject. In this research, the interdisciplinary theme is public space, with a spatial focus on the Parque da Pedreira in Campo Mourão – Paraná. The interdisciplinary dialogue occurs through the concept of public space, and its importance for the local population's quality of life, incorporating concepts from architecture, geography and sociology. The main objective of the research is to evaluate the park's infrastructure, highlighting both problems and usage potential. To assess the Parque da Pedreira, a field study was conducted using a qualitative-quantitative approach and the hypothetical-deductive method, based on the hypothesis that the park does not meet the basic requirements of safety, accessibility, and inclusion, despite being recently built. As a data collection instrument, the methodology developed by De Angelis (2000) and adapted by Bovo (2009) was applied, allowing for a physical assessment of the park's infrastructure based on pre-established reference criteria. Furthermore, the study evaluated inclusion, safety, and accessibility aspects using the same methodological framework. As a result, the hypothesis was partially confirmed, since some items in the park meet the standards while others do not. This research presents the park's strengths and weaknesses and proposes improvements to enhance the spatial quality of the area.

Keywords: Public Space, Inclusion, Security, Quality of Life, Interdisciplinarity.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	9
Figura 2 - Infraestrutura a ser avaliada.....	14
Figura 3 - Legenda de cores qualitativa de infraestrutura	16
Figura 4 - Legenda de cores quantitativa de infraestrutura	167
Figura 5 – Legenda de cores referente a quesitos de acessibilidade e inclusão	18
Figura 6 - Espaço público e a interdisciplinaridade	33
Figura 7 - Localização de Campo Mourão	36
Figura 8 - Localização do Parque da Pedreira em Campo Mourão.....	37
Figura 9 - Infraestrutura a ser avaliada.....	39
Figura 10 - Entrada principal do parque.....	40
Figura 11 - Portão secundário do parque.....	40
Figura 12 - Bebedouro.....	41
Figura 13 - Lixeiras	42
Figura 14 - Lixeira mal localizada.....	42
Figura 15 - Lixeira quebrada	43
Figura 16 - Lixeira Steel Ecopex.....	44
Figura 17 - Cores das lixeiras por resíduo	45
Figura 18 – Bancos	45
Figura 19 - Área adequada para bancos.....	46
Figura 20 - Parque Infantil	47
Figura 21 – Estrutura para Terceira Idade	48
Figura 22 – Equipamentos existentes	48
Figura 23 – Acesso da estrutura para Terceira Idade	49
Figura 24 - Quadra de Society.....	50
Figura 25 - Árvore Solar.....	52
Figura 26 - Apiário	53
Figura 27 - Sanitário Masculino	54
Figura 28 - Sanitário Feminino.....	55
Figura 29 - Edificação Institucional	55
Figura 30 - Vista 01 do lago	57
Figura 31 - Vista 02 do lago	57
Figura 32 - Piso da entrada principal.....	58

Figura 33 - Piso de concreto	59
Figura 34 - Corte esquemático da Rua Alcides Hauagge	60
Figura 35 - Estacionamento	60
Figura 36 - Câmeras de segurança.....	62
Figura 37 - Vista noturna.....	63
Figura 38 - Vista noturna quadra Society	63
Figura 39 - Vista noturna parque infantil	64
Figura 40 - Base de concreto sem poste de iluminação.....	65
Figura 41 - Vista noturna da sede	65
Figura 42 - Análise quantitativa da infraestrutura do parque	66
Figura 43 - Análise qualitativa da infraestrutura do parque	67
Figura 44 - Análise quali-quantitativa da infraestrutura do parque.....	68
Figura 45 - Acesso quadra futebol Society.....	71
Figura 46 - Projeto do ponto de ônibus da área central	72
Figura 47 - Banheiro acessível	72
Figura 48 - Análise de acessibilidade e inclusão da infraestrutura do parque.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	13
2.1 Compreendendo o existente: análise epistemológica.....	13
2.2 Avaliação de espaços públicos: apontamentos metodológicos.....	14
2.3 A importância da Interdisciplinaridade para a pesquisa	18
3 O ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DE UM OLHAR INTERDISCIPLINAR	22
3.1 O conceito de espaço público na Arquitetura	22
3.2 O conceito de espaço público na Geografia.....	27
3.3 O conceito de espaço público na Sociologia	30
3.4 O conceito de espaço público e a interdisciplinaridade	32
4. AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, DA SEGURANÇA E DA INCLUSÃO NO PARQUE DA PEDREIRA.....	36
4.1 Histórico do Parque da Pedreira.....	36
4.2 Avaliação quali-quantitativa da infraestrutura e da segurança no Parque da Pedreira	39
4.3 Avaliação da inclusão e da acessibilidade no Parque da Pedreira.....	69
4.4 Estratégias para a melhoria na qualidade do espaço do Parque da Pedreira	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	91

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 85% da população brasileira vive em áreas urbanas. Tal informação demonstra a importância dos espaços urbanos para as pessoas, com destaque para as cidades. A cidade é o local onde grande parte das pessoas vivem e desenvolvem suas diversas atividades cotidianas (ex. moradia, trabalho, lazer etc.). O espaço urbano pode então ser dividido, dentre outras formas, em espaço público e privado.

De acordo com Lamas (2000), o espaço privado é aquele delimitado por fechamentos, onde se tem um controle de acesso de quem e quando se pode adentrar ou sair. Já o espaço público pode ser compreendido como: “[...] um território de domínio, feitura, manutenção estatal, acessível e frequentado pelos munícipes” (Franciscon, 2019, p. 17). Com base na definição apresentada, espaço público corresponde a áreas públicas nas quais as pessoas têm livre acesso, e podem exercer diferentes atividades, seja contemplação, relaxamento, esporte, lazer, comércio, entre outras. Os espaços públicos vão desde a calçada da rua até os parques e as praças, ou seja, são locais plurais, essenciais para a manutenção da vida cotidiana.

Ao elaborar uma pesquisa tendo o espaço público como objeto de estudo, se faz necessário a abordagem interdisciplinar, pois entende-se que é no espaço público que uma parte significativa da vida em sociedade acontece (Gehl, Gemzoe, 2000). Assim, esta dissertação segue uma abordagem interdisciplinar, porque se propõe a estudar um objeto de estudo complexo, por meio de um recorte específico, o Parque João Teodoro de Oliveira, localizado em Campo Mourão, Paraná.

Diferentes disciplinas podem ser envolvidas para o estudo de espaços públicos. De acordo com Franciscon (2019), a filosofia, a sociologia urbana, a geografia e a arquitetura são algumas das áreas que têm debatido a temática. Assim, é importante que este tema seja tratado por meio da abordagem interdisciplinar para que se busque um entendimento mais abrangente e integrador.

A relevância do tema também pode ser compreendida por meio de outras pesquisas e estudos, como por exemplo a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, conhecida como Agenda 2030. A Figura 1 apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 1- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Brasil, 2019

A Agenda 2030 define 17 objetivos abrangentes e metas derivadas que buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas e a preservação do meio ambiente. O objetivo de número 11 tem como título “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, dentro desse objetivo, a meta de número 7 é uma das que aborda a questão de espaços públicos, enunciada da seguinte forma: “Até 2030, proporcionar o acesso universal a **espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes**, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.” (Brasil, 2019, s.p., grifo nosso).

Ao analisar essa meta em específico, pode-se perceber a relevância do espaço público por diferentes vieses e diferentes disciplinas. O acesso universal é objeto do direito e da ergonomia; a característica seguro, faz parte da dimensão social de segurança; já o vocábulo verde, remete ao meio ambiente do local, sua arborização, qualidade da vegetação e da fauna local. A meta complementa ainda que a prioridade de acesso deve ser para: “mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”, isso se dá por serem grupos que necessitam de uma atenção social mais intensa, ou grupos que fazem parte de estatísticas mais vulneráveis da sociedade. Desta forma, busca-se analisar o espaço público a partir de um olhar interdisciplinar e multidimensional.

O recorte de estudo desta pesquisa é o Parque João Teodoro de Oliveira ou Parque da Pedreira, como é popularmente conhecido pelos frequentadores. É dessa forma que o parque

será denominado nesta dissertação. O parque está localizado no município de Campo Mourão, situado no Estado do Paraná. O recorte foi assim delimitado para que fosse possível avaliar a infraestrutura do local com um olhar intensivo, verificar a segurança, e também analisar como o espaço se coloca de forma a incluir e permitir o acesso de todos, inclusive crianças, idosos e pessoas com deficiência.

O parque citado foi recentemente implantado (2022), e está em uma região populosa da cidade. Assim sendo, a pesquisa busca avaliar a infraestrutura existente, a segurança e a acessibilidade no Parque da Pedreira, verificando se durante esse curto espaço de tempo de atividades ele se mantém adequado além de compreender se existem outras possibilidades para que o espaço seja melhorado para a população local.

As questões problematizadoras partem da inquietude da autora. Assim, define-se três questões chave: a) a infraestrutura existente no Parque da Pedreira é adequada e suficiente para atender os frequentadores? b) o Parque da Pedreira oferece condições de segurança, acessibilidade, e inclusão para os frequentadores? e c) é possível melhorar e potencializar as atividades existentes no Parque?

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a infraestrutura, a segurança e a inclusão no Parque da Pedreira, destacando as problemáticas e potencialidades de uso. Já com os objetivos específicos, desdobrados do objetivo geral, pretende-se: a) conceituar o espaço público a partir de uma abordagem interdisciplinar; b) avaliar de forma quali-quantitativa a infraestrutura e a segurança no Parque da Pedreira; c) avaliar a inclusão e a acessibilidade do espaço; e d) propor estratégias para a melhoria da qualidade do espaço do Parque da Pedreira.

A justificativa da escolha da temática baseia-se em diferentes fatores. Primeiramente, uma escolha pessoal da autora. Em 2016, quando desenvolveu sua pesquisa para o trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo, o projeto escolhido foi justamente um parque para o local da pedreira. Assim, já era de conhecimento a necessidade da implantação de um espaço público de qualidade para tal região da cidade. Em segundo ponto, uma justificativa para a linha de pesquisa do programa de mestrado, “Formação humana, políticas públicas e produção do espaço”, um parque, um espaço público dentro da cidade é produção do espaço, sendo muito necessária sua avaliação para que espaços cada vez melhores sejam produzidos e disponibilizados para a população. E por fim, a relevância da pesquisa para a própria sociedade, em especial os moradores da região do parque e também de Campo Mourão. Essa pesquisa serve como embasamento para cobranças políticas para que espaços de qualidade sejam de fato disponibilizados para a sociedade, além de demonstrar como os espaços públicos contribuem para uma comunidade mais organizada politicamente.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa se dá a partir de uma abordagem quali-quantitativa. O espaço público do Parque da Pedreira será avaliado por sua infraestrutura existente tanto em quantidade de itens e sua distribuição, como também o estado de conservação e funcionamento destes. Também será avaliado o espaço atual, de forma comparativa, com o projeto original, verificando o que foi de fato executado, com o foco nos itens infraestrutura, segurança, acessibilidade e inclusão. Além disso, a abordagem permite compreender que outras possíveis atividades poderiam ser incluídas dentro do local, para que os frequentadores tenham mais opções de utilização.

Dessa forma, se utiliza de uma metodologia de pesquisa de campo e do método hipotético-dedutivo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo é aquela em que se procura uma resposta a partir da observação de fatos e da geração de registros, mais do que a simples coleta de dados, a pesquisa de campo infere em analisar os dados e criar uma relação entre eles. As autoras também reiteram que a pesquisa de campo não exclui a necessidade de uma pesquisa bibliográfica de antemão, para que se crie um aporte teórico sobre o tema que será analisado em campo (Marconi, Lakatos, 2003).

Em complementaridade, o método hipotético-dedutivo se baseia no conhecimento prévio do pesquisador e no levantamento de problemas, que serão avaliados criando uma hipótese de solução, sendo que essa solução deve ser posteriormente testada para averiguação de sua falseabilidade (Marconi, Lakatos, 2003). Nesse sentido, a hipótese que vai reger a análise dessa pesquisa é: o Parque da Pedreira de Campo Mourão não atende os requisitos básicos de segurança, acessibilidade e inclusão, mesmo sendo um projeto recém executado.

Os itens de infraestrutura que serão avaliados foram baseados na metodologia desenvolvida por De Angelis (2000) e adaptada por Bovo (2009). Itens como pavimentação, iluminação, lixeiras, sanitários, entre outros, serão considerados buscando identificar se são de fato suficientes em número e como se apresentam em relação a sua conservação. Serão analisados ainda os aspectos relacionados à segurança local, inclusão e a acessibilidade, verificando se todas as pessoas podem usufruir do espaço com equidade.

A pesquisa está dividida em cinco seções, sendo a primeira a introdução. A seção dois apresenta os aspectos metodológicos do estudo. Dividiu-se a seção em três subseções, sendo que a primeira demonstra a metodologia referente às análises bibliográficas e documentais, a partir de autores como: Markoni e Lakatos (2010), Fonseca (2002) e Gil (2000). Já a segunda subseção refere-se de fato à metodologia aplicada para o levantamento físico da infraestrutura e o respectivo quadro de referência para avaliá-la qualitativamente. Será utilizada a metodologia desenvolvida por De Angelis (2000), com as devidas adaptações para que seja possível

compreender cada passo desenvolvido pela pesquisa, além de análises de legislações que se referem à acessibilidade, inclusão e segurança. Na terceira subseção será abordado o conceito de interdisciplinaridade e a importância da abordagem para a pesquisa, os autores referências são Fazenda (2010), Pombo (2008) e Morin (1996).

A interdisciplinaridade pode ser compreendida a partir da ideia da própria disciplinaridade. De acordo com Morin (1996), disciplinaridade é a organização de conhecimento dispersa, especializada que representa apenas um único ponto de vista das experiências humanas, por sua vez a interdisciplinaridade transcende esse conceito. Assim, a terceira seção desta dissertação aborda o conceito de espaço público como objeto da interdisciplinaridade. Compreender a complexidade de tal objeto é essencial para a construção do discurso de relevância da pesquisa. Nessa seção são abordados e discutidos os conceitos disciplinares de espaço público para a Arquitetura (Gehl, 2015; Lynch, 2011; Franciscan, 2019; Macedo, 2015), Geografia (Santos, 2011; Serpa 2014; Harvey, 2013) e Sociologia (Gramsci, 2001; Castells, 2011; Sennett, 2018) e finalizando com a construção e discussão do conceito com o olhar interdisciplinar.

A seção quatro apresenta os resultados das análises espaciais executadas no Parque da Pedreira. Inicia-se com um breve histórico do parque, como e porquê de seu surgimento, em seguida apresenta-se a avaliação física da infraestrutura do espaço, além da avaliação sobre segurança, inclusão e acessibilidade. Após essa análise foram apresentadas estratégias de melhorias possíveis de serem implementadas, que levem em consideração todos os aspectos abordados pela pesquisa em busca de uma melhor qualidade de vida para os usuários do parque.

E enfim, as considerações finais, quinta seção, os resultados obtidos pela pesquisa foram confrontados com a hipótese inicial, além da verificação dos objetivos específicos e das perguntas que regem essa pesquisa. Compreender como o espaço público é produzido é fundamental para decisões de futuros projetos de novos espaços ou de alterações de espaços existentes, deve-se conhecer mais para produzir melhor.

2 QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA

As questões epistemológicas e metodológicas de uma pesquisa são essenciais para se chegar aos objetivos pretendidos, definir a metodologia de uma pesquisa interdisciplinar é a base para torná-la científica. É apenas com uma metodologia definida e clara que o pesquisador de ciência social consegue, relativamente, se distanciar do objeto de estudo e vê-lo em sua totalidade, controlando os vieses e a carga de experiência que o cerca (Fazenda, 2012). Nesse sentido, esta dissertação opta por apresentar a seção da metodologia antes mesmo da seção de fundamentação teórica, para descrever como se deu o processo de leituras teóricas e de análise espacial antes de debater-las.

2.1 Compreendendo o existente: análise epistemológica

A pesquisa é elaborada a partir de estudos teóricos e bibliográficos, bem como o levantamento de dados com relação à infraestrutura física do Parque da Pedreira. Na sequência será descrito o caminho seguido.

Para tratar das questões disciplinares e interdisciplinares a respeito do conceito de espaço público serão utilizados fontes bibliográficas de livros, artigos e teses, materiais catalogados nas bases Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online), Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e também na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) utilizando as seguintes palavras chaves: Espaços Públicos; Inclusão; Acessibilidade; Qualidade de Vida; Interdisciplinaridade; Parque; Parque Urbano; Áreas Verdes.

A pesquisa bibliográfica é resultado da análise de teorias já existentes, conceitos já testados e publicados, seja por meio impressos ou digitais. A importância da pesquisa bibliográfica se dá para que o pesquisador compreenda o que já se foi estudado a respeito do tema de estudo, ou ainda pesquisas que são puramente bibliográficas e se utilizam do material existente para justificar uma teoria ou argumentar sobre uma ideia principal (Fonseca, 2002). Para essa pesquisa o referencial teórico será fundamental para se compreender os conceitos existentes sobre o objeto, o espaço público, e também será de grande importância para o debate interdisciplinar.

Já para a análise documental referente ao parque e seu histórico será realizado uma coleta de dados das seguintes bases: IBGE, IPARDES (Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social), além de informações coletadas por meio da própria Prefeitura Municipal de Campo Mourão. De acordo com Markoni e Lakatos (2010), a pesquisa documental parte da análise de documentos escritos ou não, documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos e iconografia, para criar seu discurso. Nesse sentido, a pesquisa busca desenhar a trajetória de criação e implementação do parque, avaliando o processo de criação do projeto e aprovações parlamentares.

2.2 Avaliação de espaços públicos: apontamentos metodológicos

O procedimento metodológico definido para o levantamento e análise quali-quantitativa do parque foi baseado na metodologia desenvolvida por De Angelis (2000) e adaptada por Bovo (2009), foram feitas adaptações necessárias para essa dissertação. Primeiramente será realizado um levantamento de toda a infraestrutura existente (Figura 2) e sua alocação dentro do espaço do parque, em seguida essa infraestrutura será avaliada conforme o quadro de referência estabelecido.

Figura 2 - Infraestrutura a ser avaliada

Identificação do local 	Bebedouro 	Lixeira 	Bancos 	Parque infantil 	Estrutura para terceira idade 	Equipamentos para exercícios 
Quadra Esportiva 	Palco/coreto ou chapa acústica 	Obra de arte 	Vegetação 	Ponto de ônibus 	Sanitários 	Edificação institucional 
Ponto d'água 	Lago 	Piso e caminhos 	Estacionamento 	Paraciclo 	Segurança 	Iluminação 

Fonte: Bovo (2000), adaptado pela autora (2023).

Para cada tópico de infraestrutura De Angelis (2000), define o que seria o quadro de referência, o que avalia qualitativamente para compreender a qualidade da usabilidade de cada item.

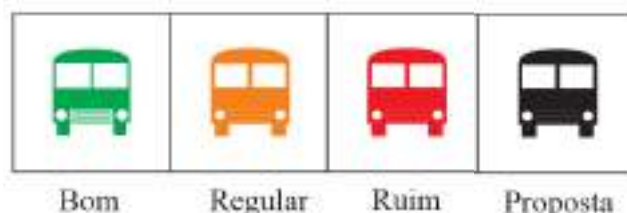
- **Identificação do local:** placa com o nome do local, breve histórico de fundação.
- **Bebedouros:** tipo, quantidade, condições de uso, conservação.

- **Lixeiras:** tipo, quantidade, localização, funcionalidade, material empregado e conservação.
- **Bancos:** estado de conservação, material empregado em sua confecção, conforto, localização ao longo dos caminhos - se recuados ou não, distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não, *design* e quantidade.
- **Parque infantil:** brinquedos que o compõem, material empregado e cor, se em área reservada e protegida e conservação.
- **Estrutura para a terceira idade:** estruturas existentes e conservação.
- **Equipamentos para prática de exercícios físicos:** tipo e quantidade, material empregado, conservação.
- **Quadra esportiva:** quantidade, conservação, material empregado, com iluminação e cercada.
- **Palco/coreto/concha acústica:** funcionalidade, conservação, *design*, uso (frequente, esporádico, sem uso), se compatível com o desenho da praça ou parque.
- **Obra de arte:** significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça ou parque.
- **Vegetação:** estado geral e manutenção.
- **Sanitários:** condições de uso, conservação e quantidade.
- **Ponto d'água:** existência e localização de ponto para que seja feita manutenção do local.
- **Lago:** em funcionamento, se inserido ou não no contexto da praça ou parque e conservação.
- **Ponto de ônibus:** se na praça ou parque, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo e conservação.
- **Piso:** material empregado, funcionalidade, segurança e conservação.
- **Traçado dos caminhos:** funcionalidade, largura, manutenção e desenho.
- **Estacionamento:** conservação, sombreamento e segurança.
- **Paraciclo:** existência, conservação, acessibilidade e usabilidade.
- **Segurança:** em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação.
- **Iluminação:** alta ou baixa (em função da copa das árvores); tipo: poste, superposte, baliza, holofote, localização, conservação, atendimento ao objetivo precípua.
- **Conservação:** estado geral da praça ou parque - equipamentos, estruturas, varrição e limpeza.

- **Localização:** próximo ou distante de centros habitados, facilidade de acesso.

A partir desse quadro de referência os itens serão avaliados e classificados em ruim, regular ou bom. Posteriormente serão apresentados em um mapa síntese dessa análise, seguindo a legenda de cores proposta por Bovo (2009), no qual os itens com bom desempenho serão apresentados de cor verde, os itens regulares e que necessitam de alguma manutenção, na cor laranja, e os itens que se caracterizam como ruins, ou necessitam ser substituídos serão apresentados na cor vermelha. Bovo (2009), acrescenta ainda sugestões de novos pontos ou implementações que serão apresentados no mapa como de cor preto. Essa legenda é demonstrada pela Figura 3.

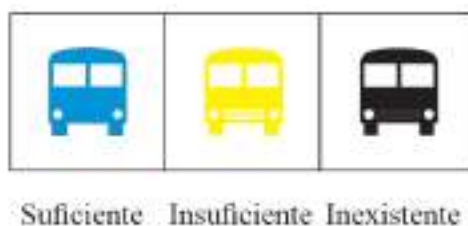
Figura 3 - Legenda de cores qualitativa de infraestrutura



Fonte: Bovo (2009).

Com o intuito de verificar os elementos de forma quantitativa, essa pesquisa se obtém de uma segunda legenda de cores, que indica se o item se apresenta de forma suficiente ou insuficiente no parque, pois presume-se que um elemento pode estar adequado qualitativamente, estar em condições boas de uso, porém em quantidade insuficiente. Assim, será utilizado a legenda (Figura 4) com a cor azul que considera o item como suficiente, amarelo quando insuficiente e preto para inexistente.

Figura 4 - Legenda de cores quantitativa de infraestrutura



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Essa análise quali-quantitativa resultará em um mapa do parque com os itens locados e representados pela legenda descrita anteriormente. Pelo qual será possível visualizar se, de modo geral, o parque atende sua proposta de usabilidade pela infraestrutura.

A pesquisa se propõe ainda a avaliar a inclusão e a acessibilidade do parque, para estes dois pontos serão avaliados os mesmos itens de infraestrutura, porém com o olhar voltado especificamente para os dois parâmetros. Como base teórica a pesquisa será norteadas por legislações de acessibilidade, a Lei 10.098/2000 (Normas gerais da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida), Decreto 5.296/2004 (Regulamentador da Lei 10.098/2004), Norma NBR 9.050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). Além de legislações referentes à inclusão, Lei 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência) e uma análise do “Relatório da Situação Social Mundial” desenvolvido pela ONU (2016) (*Leaving no one behind: the imperative of inclusive development. Report on the World Social Situation – 2016*).

A avaliação da acessibilidade e inclusão é fundamental para verificar se de fato o parque cumpre com sua função social de forma equitativa, assim como demonstrado pela meta da Agenda 2030, os espaços públicos devem ser seguros, inclusivos e acessíveis para todas as pessoas. Importante ainda ressaltar a diferença entre esses dois aspectos fundamentais para a qualidade do espaço.

De acordo com o Decreto nº 5.296/2004, a acessibilidade trata da condição física de utilização dos espaços e mobiliários urbanos com segurança e autonomia. Já a inclusão, de acordo com o Relatório da Situação Social da ONU (2016) é a melhoria das condições de acesso das pessoas mais vulneráveis da sociedade, garantindo com que todos tenham oportunidades e acesso a recursos e serviços sociais.

Ou seja, para garantir a equidade espacial, o parque precisa necessariamente apresentar os aspectos físicos que possibilitem a acessibilidade, como por exemplo equipamentos de academia ou *playground* acessíveis para cadeirantes, pavimentação condizente para pessoas com algum tipo de mobilidade reduzida. E, além disso, também apresentar equipamentos que o tornem de fácil acesso, como os paraciclos para atender a pessoas que utilizam o modal de transporte bicicleta, ou ainda segurança para que crianças e mulheres, principalmente, possam utilizar o espaço sem preocupações ou riscos.

Para sintetizar a avaliação dos equipamentos quanto a acessibilidade e inclusão a pesquisa apresenta uma terceira legenda (Figura 5), seguindo a mesma metodologia que classifica a infraestrutura em: verde para itens que atendem aos itens de acessibilidade e inclusão, laranja para os que atendem parcialmente, vermelho como itens que não atendem, e

preto para itens não avaliados, pois não se encaixam nesse quesito, esses itens são: equipamentos para exercícios, obra de arte, palco/coreto, ponto d'água e paraciclos, por serem inexistentes. O item vegetação foi retirado por não caber uma análise de acessibilidade ou inclusão.

Figura 5 – Legenda de cores referente a quesitos de acessibilidade e inclusão



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em complementaridade os resultados da pesquisa serão apresentados por meio de um quadro CPD. A metodologia CPD se dá com a apresentação de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências. De acordo com Dias (2013), a metodologia CPD baseia-se em uma análise de diagnósticos em escala macro para propor sugestões e estratégias de desenvolvimento, é adotada como padrão de análise para órgãos das Nações Unidas e muito aplicada no planejamento urbano. Assim, esse quadro será uma síntese das condições atuais do parque, demonstrando quais itens não são possíveis de alteração (condicionantes), que itens já são bons e podem ser ainda melhores (potencialidades) e que elementos espaciais não se apresentam de forma adequada e poderiam também ser melhorados (deficiências).

Esse formato de quadro é importante para poder traçar estratégias e prioridades para futuras melhorias dentro do parque. E ao fim da pesquisa poderá ser apresentado ao poder público para apreciação e discussão.

2.3 A importância da Interdisciplinaridade para a pesquisa

O modelo de ensino e de pesquisa tradicional baseia-se na ideia disciplinar, ou seja, na compartimentalização dos conhecimentos. Isso se deu com o objetivo de dividir os problemas de estudo em recortes menores para que as soluções fossem mais objetivas e simplificadas (Fazenda, 2012). Por exemplo, a biologia estuda o corpo humano e suas funções; a medicina estuda as doenças, suas causas e curas para o corpo; já a sociologia analisa o comportamento dos seres humanos em sociedade; a psicologia, por sua vez, busca compreender a mente e os pensamentos humanos. Assim, o ser humano é objeto de inúmeras ciências, cada qual com seu

olhar específico. Esses olhares a objetos complexos, quando muito específicos, de acordo com Fazenda (2012, p. 19), podem causar a “falência do conhecimento”, pois não abrangem o objeto em sua totalidade, ao contrário, trazem distanciamento entre objeto e pesquisador.

Hahn (2020, p. 268) também questiona o modelo de ensino e pesquisa disciplinar, pois tal modelo surge a partir de uma “fragmentação e da dispersão do saber”. Estes mesmo autor demonstra ainda, que a interdisciplinaridade surge como uma abordagem de questionamento para as “formas tradicionais de produção do conhecimento” buscando atender problemas complexos, problemas esses que a especialização disciplinar não abrange de forma adequada. Dessa forma, pode-se compreender a interdisciplinaridade como a convergência de disciplinas para a resolução de problemas e objetos mais complexos e plurais (Pombo, 2005).

Outro ponto muito importante para entender a ciência interdisciplinar é a contradição. De acordo com Fazenda (2012, p. 34) a contradição explicita que a ciência não é imutável, não se finda com o encerramento de uma única análise, a ciência já “não está mais no acerto, mas no erro”, o que significa que fazer ciência na interdisciplinaridade vai muito além do que trazer respostas, talvez seja trazer ainda mais perguntas para que o objeto seja compreendido a partir de diferentes perspectivas. Nesse mesmo pensamento, Brügger (2006), complementa que o objetivo da interdisciplinaridade não é mais “o quê”, as respostas das pesquisas não se baseiam na natureza ou no universo em si, mas sim o objetivo da interdisciplinaridade é compreender o “como”, o processo da natureza, e a história do universo.

Para a construção do entendimento interdisciplinar é necessário compreender também conceitos que tangem essa abordagem, tratam-se da multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Alvarenga *et al* (2011) apresentam o modelo criado por Janstch para demonstrar e ilustrar os conceitos e as diferenças entre as ciências citadas. A multidisciplinaridade é uma abordagem na qual as diferentes disciplinas caminham paralelamente, porém com objetivos distintos. Na pluridisciplinaridade, as disciplinas ainda possuem objetivos múltiplos e caminham paralelamente, no entanto, existe uma cooperação entre elas, dentro de um mesmo nível. Seguindo ainda o modelo de Janstch, a interdisciplinaridade ocorre quando as diferentes disciplinas, mesmo apresentando objetivos múltiplos, cooperam entre si e convergem para um outro nível de objetivo em comum. Já na transdisciplinaridade, esse sistema fica ainda mais cooperativo e coordenado, formando um sistema de níveis de objetivos, e todas as disciplinas atuam em conjunto para que se atinjam tais objetivos.

Nesse mesmo pensamento, Morin (1996) apresenta a interdisciplinaridade como a principal abordagem para compreender a desordem da “máquina viva”, que é o ser humano,

justamente pela complexidade deste objeto. Alvarenga *et al* (2011) reforçam essa ideia apresentando um trecho do documento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Capes (2008), da Área Interdisciplinar, o qual traz que a interdisciplinaridade responde muito bem aos problemas complexos, pois é uma ciência que converge saberes teóricos e práticos, filosóficos e científicos.

A sociedade de modo geral é objeto da interdisciplinaridade. Temas que envolvem os seres humanos, sua forma de agir e pensar, devem estar atrelados a diferentes saberes do conhecimento, isso se dá principalmente pela complexidade das análises desenvolvidas. A complexidade, portanto, é um conceito chave para a compreensão da abordagem interdisciplinar.

Para Alvarenga *et al* (2011) a complexidade é a exigência do objeto em ser avaliado em sua totalidade e ao mesmo tempo por suas partes, em particular. Ou pode-se dizer ainda que a complexidade é a sinergia dos processos humanos, e é percebida quando, simultaneamente, a parte e o todo são elementos fundamentais e interdependentes. O todo não funciona sem parte, e vice-versa, sem ignorar o fato de que a análise do todo é muito maior do que a análise das partes independentes (Morin, 1996).

Morin (1996), complementa ainda que é esse olhar interdisciplinar que possibilita uma análise sistêmica e completa dos diferentes problemas sociais da atualidade. Ou seja, a justificativa pela análise interdisciplinar parte da conceituação de um objeto que exija tal olhar interdisciplinar. Objetos esses que sejam complexos e que não teriam uma análise tão abrangente e profunda dentro da disciplinaridade tradicional. Assim, a interdisciplinaridade busca compreender seu objeto de estudo por sua totalidade. No entanto, Brügger (2006) ao reforçar a afirmação de Santos (1994), demonstra que o todo por si só não é algo findável, imutável ou único, existem sempre novos olhares que podem ser incluídos para que a compreensão seja ainda mais completa. De tal modo, pode-se inferir que o todo como objeto não existe, os pesquisadores devem construir o “todo” a partir da metodologia da pesquisa, através do olhar interdisciplinar (Morin, 1996).

Os diferentes olhares na interdisciplinaridade estão diretamente relacionados ao observador, ao pesquisador interdisciplinar. Para Ferreira, Calvoso e Gonzales (2002) é o pesquisador que constrói o objeto a partir de sua perspectiva, o pesquisador não se isenta de direcionar a pesquisa a determinada ordem ou caminho, ele não pode ser neutro. Isso se dá justamente pela complexidade do objeto, e também por essa dificuldade em abranger o objeto em sua “totalidade”, então a totalidade é construída pelo que o observador consegue abranger e apresentar ao leitor. Os autores citados complementam ainda que o conhecimento

interdisciplinar não é uma representação fiel da realidade, mas sim um processo de construção de determinado objeto, e ao mesmo tempo que o observador sofre interferências do objeto de estudo, ele também modifica a si próprio ao longo da pesquisa (Ferreira, Calvoso, Gonzales, 2002).

Ferreira, Calvoso e Gonzales (2002) destacam que essa construção do pensamento interdisciplinar deve seguir um rigor metodológico para que seja de fato uma ciência, ou uma pesquisa científica. Santos (1989) sistematizou essa construção científica em três pontos, sendo o primeiro deles, a pesquisa deve ter como objeto algo concreto e principalmente, o observador deve estar de fato dedicado a apresentar o objeto e seus impactos. Segundo ponto, a pesquisa deve buscar questionar padrões institucionalizados, o pesquisador deve compreender novas alternativas do objeto. Terceiro, a pesquisa deve ser contextualizada, mostrando quem é o observador, qual seu impacto pessoal na pesquisa e como isso pode ter impactado nos resultados. Para tanto, a pesquisa interdisciplinar possui metodologias próprias que devem ser apresentadas e seguidas pelos pesquisadores, com o objetivo de fazer um estudo científico e que possa ser comprovado.

Ao optar por uma pesquisa interdisciplinar o pesquisador deve garantir que a metodologia aplicada convirja diferentes olhares, ou ainda, diferentes disciplinas. Nesse intuito, faz-se necessário a conceituação do termo convergência. De acordo com Fazenda (2012), convergência é unir diferentes olhares para um ponto comum. Assim, elaborar um ponto comum entre diferentes disciplinas pode não ser uma tarefa fácil, pois vai além do que caminhos paralelos, não é apenas alinhar os diferentes conhecimentos, é direcioná-los para um objetivo em comum.

Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar se faz presente nessa pesquisa para a conceituação do objeto espaço público e também para a compreensão do espaço a partir de diferentes olhares. A própria metodologia apresentada inclui diferentes elementos, como infraestrutura, acessibilidade, inclusão e segurança com o intuito de englobar diferentes pontos de vista para uma avaliação espacial ampla e completa, considerando a usabilidade do local de forma equitativa e inclusiva.

3 O ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DE UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

Essa seção aborda de forma teórica e interdisciplinar a conceituação do objeto de estudo desta pesquisa, o espaço público. O ponto de partida para construção do texto são as conceituações disciplinares do objeto pelo olhar da Arquitetura, Geografia e Sociologia. Em seguida, esses diferentes conceitos são utilizados para explicar sobre o que são e como se dão os espaços públicos com uma abordagem interdisciplinar, criando uma perspectiva para além das disciplinas.

Costa (2014), apresenta o conceito de espaço como sendo resultado do trabalho dos seres humanos e local geográfico em constante transformação. Bovo e Franciscon (2022), acrescentam a ideia do espaço público, sendo um local criado e pensado para a usabilidade das pessoas. Diante disso, entende-se a complexidade dos conceitos e a necessidade da discussão de forma interdisciplinar.

3.1 O conceito de espaço público na Arquitetura

Para a Arquitetura, o espaço público é um objeto de estudo muito importante. Isso se dá porque o próprio espaço é planejado e construído, em sua forma física, pela arquitetura (casas, prédios, instituições etc.) e pelo planejamento urbano (ruas, bairros, parques e viadutos). Cullen (2018), demonstra em sua obra “Paisagem urbana” que existe o espaço privado que contempla os recintos fechados, ou seja, os locais delimitados por edifícios e elementos de vedação, e o território ocupado, o qual o autor conecta à ideia de livre apropriação. Assim, o espaço público seria a área no qual a sociedade pode ter livre acesso, se apropriar e utilizar de diferentes formas. Cullen (2018), ainda completa que esse espaço deve vir acompanhado de um mobiliário adequado para a boa usabilidade (iluminação, bancos, abrigos, pavimentação adequada), isso faz com que o frequentador tenha maior interesse em participar da socialização no local e de fato construir o espaço público por meio da apropriação.

Macedo (2002), apresenta também a ideia de espaço livre. O espaço livre seria o espaço não edificado, são nesses locais que os projetos paisagísticos e urbanísticos são executados. Tratam-se das ruas, calçadas, praças, parques, pátios e jardins, que podem ser configurados por vegetação ou não. Macedo (2002), acrescenta também que os espaços livres urbanos geralmente se configuram com destaque à sua vegetação quando se trata de parques ou grandes praças.

Unindo esses dois conceitos tem-se o espaço livre público, locais sem edificações e de livre apropriação para a sociedade. É aqui que se encontram as praças, parques, ruas e o passeio público. São locais externos nos quais a sociedade interage de forma livre dentro da área urbana, geralmente possuem um mobiliário específico para a atividade à qual se dedicam, e ainda podem apresentar massas vegetativas de contemplação, ou também preservação ambiental.

Lamas (2000, p. 102), complementa essa ideia diferenciando a rua e a praça por seu tipo de apropriação. Sendo assim, a rua é um “lugar de circulação” e a praça é o “lugar intencional de encontro, de permanência e das práticas sociais”. Já o parque, Lamas (2000, p. 194) caracteriza como um “espaço de recreio e novas práticas sociais”, ou seja, seria uma evolução do espaço praça pela abrangência da vegetação e de atividades disponíveis.

A Arquitetura aborda então as características físicas e de apropriação para considerar o espaço como público. Os espaços públicos devem ter acesso livre e cumprir com sua função de usabilidade, apresentando as características físicas que permitam a apropriação pela sociedade como um todo. É relevante dar ênfase na relação entre espaço público e sociedade, sendo este um espaço plural e diversificado que atende às demandas sociais de liberdade, política, comunicação e memória. Desta feita, se transforma em um ritmo semelhante às transformações sociais (Franciscon; Bovo, 2021).

O Planejamento Urbano é o recorte da Arquitetura que trata especificamente das questões da área urbana, sendo assim o espaço público é um tema de estudo desse campo por se tratar de um elemento configurador da paisagem. Parques e praças além de serem locais de lazer, são também locais de relacionamento humano e de melhoria de qualidade de vida da comunidade, no entanto para que esses espaços sejam efetivamente transformadores precisam ser implementados a partir de um planejamento anterior que avalia a viabilidade econômica, os costumes e atividades da comunidade, e questões de gestão e manutenção do espaço (Wickert, 2019).

Ghisleni (2022) argumenta ainda que o planejamento urbano é uma atividade multidisciplinar, pois sua aplicação depende da participação de diferentes atores sociais, como o poder público, historiadores, sociólogos, economistas, e também arquitetos. O papel do planejamento urbano é de construir cidades, e a presença de bons espaços públicos é essencial para que o resultado dessa construção sejam áreas adequadas para o bem estar social.

Dessa forma, pode-se considerar que o espaço público além de ser um local morfológicamente construído, ele é também socialmente construído. Ou seja, a definição de público está intimamente ligada à sua função social, à apropriação do espaço pelas pessoas.

Lynch (2011) apresenta que tanto as estruturas físicas quanto as pessoas têm a mesma relevância na construção do espaço.

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco (Lynch, 2011, p. 11).

Gehl (2015), discorre então sobre a importância de um bom planejamento espacial para que a sociedade se utilize e se identifique com o espaço. Ou seja, a qualidade espacial do ambiente, suas características e variedade de atrativos disponíveis estão totalmente interligadas com a apropriação social do local, com as atividades que as pessoas vão desenvolver no espaço público. Nesse sentido, os espaços públicos mais convidativos e confortáveis são aqueles mais utilizados pela população e que se consolidam como, de fato, espaço público.

Jacobs (2018) e Gehl (2015) demonstram a importância do mobiliário urbano para a utilização do espaço público pelos frequentadores. Pode-se sintetizar principalmente cinco pontos quando se trata desse tema. O primeiro deles é a funcionalidade, o mobiliário determina a função que o espaço terá, se vai ser local de contemplação, de descanso, ou de atividades físicas, de lazer, apresentações artísticas, ou até mesmo pensando sobre a sinalização e identificação de locais. O segundo ponto, no qual o mobiliário urbano se mostra determinante, é referente ao conforto e a convivência social, bancos adequados para a utilização, espaços de sombreamento, pontos para hidratação, equipamentos que permitam aos frequentadores uma qualidade de uso maior, o que também aumenta a identificação do frequentador com o local, pois se tornam atrativos a mais do que a funcionalidade (Jacobs, 2018; Gehl, 2015).

Isso leva ao terceiro ponto da importância do mobiliário para o espaço público, a identidade do local. As pessoas passam a se identificar com ambientes que atendam às suas necessidades, mobiliários que tenham um *design* relevante criam identidade e também melhoram a estética urbana. Uma cidade, por exemplo, pode adotar uma tipologia de lixeira, ou poste de iluminação para criar uma identidade dos espaços públicos. O *design* é relevante tanto para a estética como para a usabilidade, os mobiliários precisam ser funcionais, adequados, além de serem atraentes e duráveis.

Importante ressaltar que o *design* de algo pode ser ou não ser adequado a depender do usuário. Um local desenhado e pensado para ser de passagem pode não possuir bancos, ou abrigos, ou atividades de lazer, pois justamente foi pensado para ser um local de passagem. Já um local de contemplação, lazer e descanso, necessita de atividades e mobiliários adequados

ao que se pretende. Não é viável que um espaço de permanência não tenha bancos e abrigos suficientes para parte da população que o utilize. Assim, o *design* de um mobiliário e até mesmo de uma área livre deve ser trabalhado para que proporcione os equipamentos mínimos para a utilização. Como citado anteriormente com Lamas (2020), o parque é um espaço de convivência social, de contato com a natureza, e práticas de atividades livres, assim precisa atender a essas exigências de estruturas físicas.

Outra questão importante do mobiliário urbano é a segurança, é essencial que o frequentador se sinta seguro nas praças, parques e inclusive na rua. Para isso, elementos como iluminação pública, câmeras de vigilância, proteção contra intempéries auxiliam nesse sentimento, até mesmo uma boa pavimentação, guarda corpo, corrimãos, fazem com que os frequentadores se sintam mais ou menos seguros em determinado local. Segurança em caminhar, segurança ao praticar as atividades, segurança em poder estar no parque sem correr riscos (Jacobs, 2018; Gehl, 2015).

O quinto elemento de que os autores Jacobs (2018) e Gehl (2015) apresentam sobre o mobiliário urbano é justamente a inclusão e a acessibilidade, os projetos de espaços públicos devem garantir o acesso de todas as pessoas em todas as áreas, a função do mobiliário é complementar situações que sem eles seriam inacessíveis, como locais de grande desnível, ou atividades físicas e de lazer, até mesmo um caminhar seguro para todas as pessoas (Jacobs, 2018; Gehl, 2015).

O desafio da acessibilidade é o de possibilitar a utilização do equipamento pelo máximo de pessoas possível, visto que o ser humano é plural e com diferentes limitações. Dessa forma, é dever do arquiteto e do *designer* compreender a diversidade das pessoas para conseguir criar soluções que tragam segurança e conforto na utilização de equipamentos públicos. Criar ambientes que tenham uma pavimentação adequada para que pessoas com mobilidade reduzida possam fazer o trajeto com segurança, mobiliários inclusivos para pessoas cadeirantes, são exemplos de atitudes essenciais para um espaço público acessível.

Ainda nessa discussão, tem-se o conceito de inclusão, que vai além da acessibilidade e objetiva criar ambientes nos quais as pessoas de grupos socialmente minorizados possam ter acesso a equipamentos diversos. Para o espaço público, possibilitar o acesso à cultura, lazer, esportes e outras atividades. Estratégias passíveis de aplicação para tornar o ambiente mais inclusivo são a proximidade de acesso por linhas de transporte público, espaços seguros de paraciclos, pistas de caminhada acessíveis, locais de lazer atrativos e seguros (Souza, 2023). Ou seja, é a fusão entre um ambiente com um *design* de qualidade, seguro, acessível e de fácil acesso.

Nesse sentido, é uma função da arquitetura planejar espaços públicos que possibilitem a permanência e o encontro das pessoas. Criar locais agradáveis para que a sociedade consiga se identificar e utilizar o local com segurança e satisfação. Aliprandi (2010), complementa ainda que o desenho do espaço público, além de ser confortável e convidativo, deve atender às normas de acessibilidade universal para garantir de fato a usabilidade por todas as pessoas.

Outro ponto demonstrado por Aliprandi (2010), a partir de argumentos de Lynch (2011) é a forte conexão entre segurança e apropriação. Lynch (2011) apresenta o conceito de legibilidade espacial. Ou seja, o espaço seja ele público ou privado necessita ser legível. Essa legibilidade é a característica do espaço organizado, compreendido como tal e de fácil identificação por seus frequentadores. Dessa forma, Aliprandi (2010) trazendo esse conceito para o espaço público, explica que um espaço mal elaborado, ou confuso espacialmente pode causar medo, insegurança e desorientação, o que reduziria a identificação do frequentador com o local e, conseqüentemente, a apropriação do espaço ao longo do tempo.

Isso reforça a importância da segurança para o espaço público. Compreender o ambiente possibilita a localização dos frequentadores, e também uma visão geral do que se passa ao redor. Estar em um ambiente legível é não precisar temer o outro, pois o frequentador consegue ter uma visão ampla do espaço. Recintos muito privativos em espaços públicos, podem gerar medo nas pessoas, ou ainda locais com trajetos confusos, podem levar o usuário a se perder. Além disso, o medo faz com que as pessoas deixem de utilizar o local e prefiram espaços mais adequados para reuniões sociais, e aquele espaço público fica sem cumprir com sua função.

Ao estudar o processo de criação de espaços urbanos públicos é muito importante levar em conta as legislações pertinentes. Nesse sentido, o Estatuto das Cidades é a base para o planejamento urbano, é a lei federal que rege a elaboração de planos e leis em âmbito municipal, tem como princípios o cumprimento da função social da propriedade privada, a gestão democrática, a preservação do meio ambiente e a cooperação entre as esferas de poder (Lei Federal nº 10.257/2001).

Um dos pilares dessa lei é a gestão democrática, que valoriza a participação popular para a elaboração de projetos relativos a alterações urbanas. Tratando de espaços públicos, a gestão democrática garante justamente que o projeto seja executado de forma adequada à população atingida. Assim, a população da região deve ser ouvida e suas demandas consideradas, para a elaboração de projetos públicos. Quando isso ocorre, as chances do espaço construído ser mais legível são grandes, pois a própria população que se utilizará do local propõe atividades e pontos que são de relevância para seu cotidiano. Fazer parte do processo de

elaboração do projeto reforça o sentimento de pertencimento da comunidade ao local e, consequentemente, colabora com a apropriação social do espaço.

Dessa forma a Arquitetura trabalha o espaço público com um olhar morfológico e espacial, com o objetivo de garantir, ou possibilitar, a apropriação efetiva do local pela sociedade. Para que assim, além de um local espacialmente agradável e funcional, o espaço público seja também ferramenta de socialização e proporcione melhorias na qualidade de vida da população.

3.2 O conceito de espaço público na Geografia

Para a disciplina de Geografia, Milton Santos se mostra como referência em publicações sobre espaço e território. Em sua obra “O espaço da cidadania e outras reflexões” (2011), Santos define o território como sendo o local no qual todos os habitantes podem usufruir de serviços e bens essenciais para a vida humana. Nesse sentido, o espaço público pode ser compreendido pela disponibilidade de bens e serviços públicos a serem oferecidos à sociedade. Santos (2011), complementa que é nesse espaço que as pessoas exercem sua cidadania, suas atividades cívicas. Indo mais além, infere-se que da mesma forma que as pessoas interferem na morfologia espacial e fazem modificações físicas nos espaços públicos, também o espaço público altera os costumes e os direitos das pessoas. A qualidade do espaço e a acessibilidade a este, altera a percepção de cidadania que o indivíduo tem sobre seu cotidiano.

Ainda com Santos (2007), o espaço público pode ser compreendido como o espaço ao entorno das pessoas, locais edificadas ou não de ampla utilização. Este espaço seria de direito de todos, porém, assim como a desigualdade social traz dificuldades de acesso a bens e serviços, também dificulta o acesso das pessoas a este espaço ao redor. Santos (2007) reforça que é direito das pessoas visitar locais abertos como praias, riachos e montanhas, ter acesso a estádios, teatros, praças e locais de lazer, inclusive à calçada das ruas. De acordo com o autor, as pessoas não possuem acesso a esses locais de forma igualitária: “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque são essenciais.” (Santos, 2007, p 64).

Retomando a meta 7 do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número 11, os espaços públicos devem ser acessíveis e inclusivos, ou seja, essa desigualdade de acessos demonstrada por Santos (2007), deve ser fortemente combatida para que as cidades sejam locais melhores para as pessoas viverem. Em complementaridade, Serpa (2014) traz a discussão da

acessibilidade dos espaços públicos. Muito além da acessibilidade física e do local aberto, o espaço público deve ser acessível pelo sentido de apropriação irrestrita.

No entanto, Serpa (2014) destaca que somente a acessibilidade não faz do espaço um espaço público, pois além de ser aberto e acessível, o local deve ter um significado para a população que o utiliza. Ou seja, deve existir uma ação social que o eleva ao patamar de espaço público, o que pode ser considerado como apropriação. De acordo com Serpa (2014), um parque pode ser apenas a teatralização da natureza, devido ser um bem de consumo possível de mercantilização, porém, para ser um espaço público o parque deve ser utilizado de forma irrestrita com atividades cívicas e sociais. Complementa ainda que: “[...] a apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer que caracterizam o homem como espontaneidade, como energia vital.” (Serpa, 2014, p. 38). Assim, além de ser acessível, o espaço público deve ser utilizado e apropriado pela população. Apropriação e uso são palavras chave para discutir o espaço público a partir do olhar da Geografia.

De acordo com Harvey (2013), a conceituação de espaço público se atrela à ideia da complexidade, pois muito mais do que o espaço físico, engloba o contexto histórico do lugar, contexto este que está em constante movimento, assim como a história do local. Isso implica em um espaço público enviesado, ou seja, os agentes atuantes dentro desse espaço o constroem a partir de seu posicionamento (Harvey, 2013).

Nesse sentido, compreende-se o espaço público pelo conjunto entre o espaço físico material, e o espaço político, esse conceito também pode ser encontrado em teorias como sendo o conceito de território. Santos (1994), descreve o território como sendo um conceito além do espaço físico, contemplando as ações e as relações humanas como essenciais para a compreensão do território. Ou seja, mais importante do que as características físicas geográficas do local, para se compreender determinado espaço é fundamental a análise dos usos humanos que ocorrem nessa espacialidade, as relações de poder e as manifestações de existência humana.

Bovo e Amorim (2011, p. 25), complementam argumentando que os espaços públicos: “[...] são locais de convivência e de relações sociais cotidianas, ou seja, são elementos integrantes da paisagem urbana, refletindo a sua cultura local e proporcionando o exercício da cidadania”. Além disso, reforçam que a preservação desses espaços é essencial para a preservação da memória da cidade, os parques e praças fazem parte da identidade social da cidade e a preservação é de responsabilidade de todas as pessoas, seja por meio de uma boa utilização, ou via cobrança política para que o Estado faça sua parte como mantenedor dos espaços públicos.

Bovo (2009), ao citar Lima *et al* (1994), destaca que os espaços públicos desempenham importantes funções urbanas, como a função ecológica ambiental, a função estética e paisagística e também funções sociais como a psicológica e de lazer. A função ecológica se apresenta no sentido da manutenção e biodiversidade das áreas verdes, e também como *habitat* para a fauna. Além disso, essa função ecológica se enquadra na regulação do microclima urbano, ou seja, grandes áreas livres de edificação, com massas vegetativas consideráveis ou ainda a presença de lagoas, que é o caso de parques e algumas praças, funcionam como redutores de temperatura, e amenizadores dos efeitos das ilhas de calor urbano. Outra função ecológica que os espaços públicos podem desempenhar é a de purificação do ar, quando apresentarem massas vegetativas que desempenhem esse papel de purificar o ar, possivelmente poluído do meio urbano. Tem-se ainda o aumento da permeabilidade de solo, reduzindo a chances de enchentes, e também funcionam como barreira para redução de ruídos.

As funções estéticas e paisagísticas, de acordo com Bovo (2009), estão relacionadas ao passeio público, ou seja, a arborização urbana funciona como elemento estético para melhoria da paisagem e aumento da sensação de prazer e pertencimento do indivíduo ao local. Já nas funções sociais, os espaços públicos se colocam como palco para o cotidiano das pessoas, podendo ser espaços de lazer ativo, contemplação e descanso, ponto de encontro entre pessoas, ou ainda como locais de encontro e organização social.

Assim, agrega-se ao conceito de espaço público a ideia de áreas verdes. Nem todo espaço público se enquadra como área verde, e o contrário também é verdadeiro. No entanto, é importante que existam espaços públicos com massas vegetativas no seu programa para atender às funções anteriormente citadas e proporcionar ainda mais conforto e melhores condições de vida para a população do entorno. As áreas verdes são definidas por Lima *et al* (1994) como espaços livres de edificações com vasta área de solo permeável.

A relevância das áreas verdes para o espaço urbano se mostra, na literatura, intimamente ligada à qualidade de vida da população local. Destaca-se ainda a complexidade do termo qualidade de vida, como já demonstrado pelas funções apresentadas por Bovo (2009), diferentes esferas precisam ser atendidas para que haja qualidade de vida. O contato humano com áreas de vegetação é essencial para a manutenção de sua saúde física e mental, além disso também contribui como local propício para convívio social, ou seja, possibilita a melhoria da qualidade de vida em diferentes esferas da vida humana. Dessa forma, o parque urbano que se analisa nesta pesquisa, se mostra como um espaço público e também como área verde, nesse sentido, espera-se que cumpra com as funções apontadas.

Assim, a geografia considera o espaço público em diferentes esferas, tanto ambiental, como política e social. Levando em consideração aspectos físicos, estruturais e também da apropriação e uso pela comunidade, entendendo que o espaço por si só não cumpre sua função, é necessário que haja atividade social ativa para que ele se consolide.

3.3 O conceito de espaço público na Sociologia

Tratando-se de Sociologia, o espaço público está bastante atrelado ao espaço de direito e de lutas por acesso aos equipamentos urbanos. A relevância do espaço público se mostra por ser de fato o local físico onde ocorrem as ações humanas, onde os atores sociais vão exercer seu papel na busca por uma qualidade de vida, por uma igualdade de acessos ou de forças. Gramsci (2001) descreve que a sociedade vive uma luta de forças sociais, ou seja, as classes sociais criam seus próprios atores sociais para poderem lutar entre si por seus ideais dentro do espaço público.

Habermas (1984), complementa ainda que o espaço público é comunicacional, é o local de interação democrática social. As diferentes classes sociais utilizam desses espaços para tratar de assuntos de seu interesse, e convencer públicos diversos da relevância das reivindicações. Habermas (1984), traz também que o espaço público é plural, e não único. Existem diferentes esferas e arenas que podem ser conectadas e sobrepostas, a depender do público e da forma que a utiliza. Importante ressaltar que outros autores como Lefebvre (1991) e Benjamin (1996) também caracterizam o espaço público a partir das relações sociais que ali ocorrem.

Benjamin (1996) traz também o conceito de experiência social, que se difere da vivência pessoal. Pois, o primeiro é produto de uma ação coletiva e da memória do indivíduo, da tradição da sociedade, e o espaço público é o local no qual essa experiência é construída. Lefebvre (1991) resume e complementa as ideias anteriores em uma tríade da estrutura espacial da esfera pública, espaço concebido/percebido/vivido.

O primeiro ponto, o concebido, trata-se da produção do espaço, a construção e a concepção material deste. O segundo ponto, o percebido, refere-se à percepção, sendo coletiva ou individual que se tem, resultado das práticas sociais e das representações desta. Já o terceiro ponto, o espaço vivido, representa a arte, os códigos de representação e a transformação de significado que a pessoa dá a um local. Importante ressaltar que o autor não apresenta essa tríade com o intuito de segmentar o espaço público, mas sim de mostrar sua complexidade e sua importância para a construção social (Alves, 2019).

Castells (2011) reforça o conceito de que o espaço público somente acontece com a utilização social. Isso se dá porque, para o autor, o espaço público independe do espaço construído, mas sim define-se em um espaço físico ou virtual no qual as pessoas possam se expressar e discutir os mais diversos assuntos livremente. Dessa forma, o conceito de espaço público para Castells (2011) está arraigado ao sistema da democracia, e é obrigatório para que o sistema ocorra de fato. É interessante ressaltar a dissociação entre espaço público e espaço físico que o autor demonstra, pois na atualidade tem-se também espaços públicos em redes sociais e páginas de internet. Isso demonstra a evolução do espaço público, comprovando que o conceito evolui com a sociedade.

No entanto, Castells (2011) não ignora a importância do espaço público físico como ferramenta de desenvolvimento social. As cidades são locais onde as discussões e eventos acontecem e é importante que todos tenham acesso aos serviços disponíveis. Assim como Santos (2007) da geografia, Castells (2011) também destaca que a desigualdade social é um empecilho no desenvolvimento, o que faz com que nem todos tenham a mesma acessibilidade aos recursos urbanos existentes.

Outro autor que corrobora com a ideia de que o espaço público é essencial para a sociedade é Sennet (2018). Em seu livro “Construir e Habitar” demonstra como as alterações sociais impactam também no espaço público. Para o autor as pessoas estão cada vez menos se encontrando em locais abertos e acessíveis, e levando suas discussões para locais privados e restritos, o que se pode incluir também a internet, que mesmo que haja espaços livres, alguns locais de discussão são pagos, ou páginas que são controladas por governos por exemplo.

O urbanista bem-intencionado procurará satisfazer e mesmo estimular o desejo de proximidade. Por exemplo, proporcionando bancos e outras peças de mobiliário de rua em grupos, em vez de distribuí-los de forma mais regular, porém isolada ao longo de uma rua; (Sennet, 2018, p. 73).

Nesse sentido, o autor acrescenta a importância do mobiliário urbano na socialização dos espaços públicos. As pessoas precisam ter a oportunidade de se encontrarem, de poderem estar juntas e próximas para poderem se relacionar. No entanto, Sennett (2018) também explica que a socialização foge do poder do projetista, o ambiente e o mobiliário influenciam e podem induzir atividades, porém as pessoas têm livre arbítrio para se apropriarem disso ou não. É importante destacar o livre arbítrio para mostrar que um ótimo espaço público pode também não ter toda a socialização como poderia, por conta da própria sociedade que o frequenta, mas a importância da infraestrutura é sempre reforçada e demonstrada como uma ferramenta crucial para que a socialização aconteça.

3.4 O conceito de espaço público e a interdisciplinaridade

A disciplinaridade tem como mérito a possibilidade do aprofundamento do conhecimento sobre um determinado fragmento da totalidade. Cada área do conhecimento traz contribuições importantes, olhares muitas vezes individualizados que ampliam as informações com relação a um dado objeto de estudo. No que diz respeito ao espaço público a Arquitetura, a Geografia e a Sociologia produziram individualmente uma sólida discussão acadêmica. O Quadro 1 procura sintetizar algumas das principais contribuições da Arquitetura, da Geografia e da Sociologia para a compreensão do espaço público.

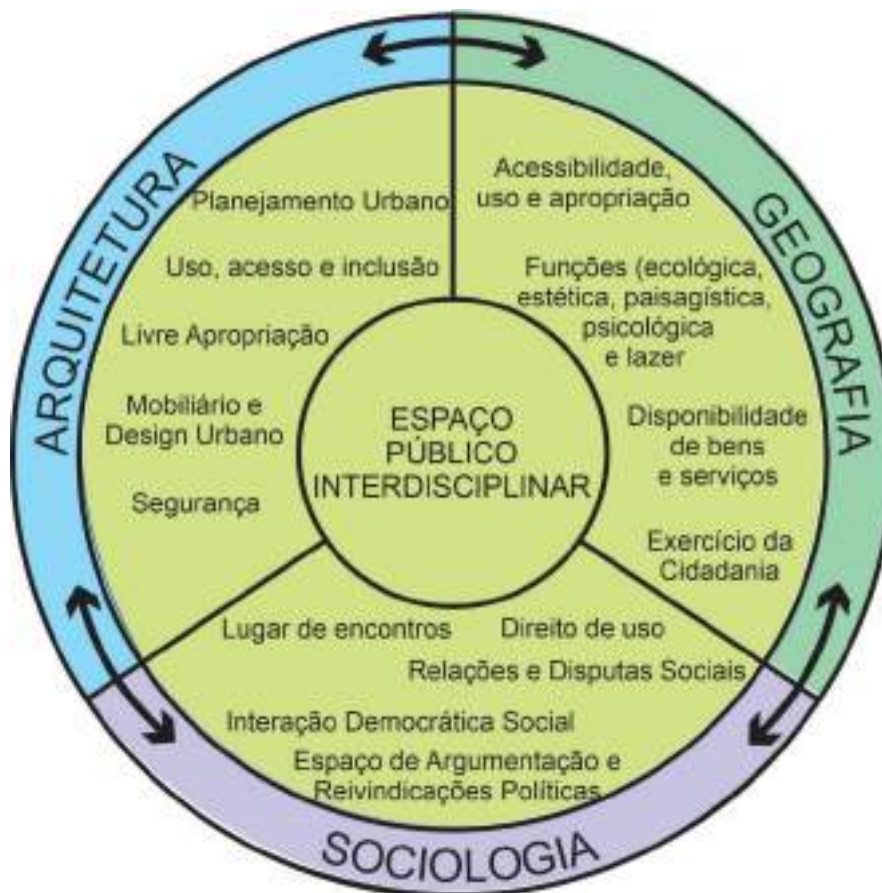
Quadro 1 - Contribuições da Arquitetura, Geografia e Sociologia para a compreensão do espaço público.

Arquitetura	- Planejamento urbano; - Livre apropriação; - Usabilidade, inclusão e acessibilidade; - Mobiliário e <i>design</i> urbano; - Segurança.
Geografia	- Disponibilidade de bens e serviços; - Acessibilidade, uso e apropriação; - Exercício da cidadania; - Funções (ecológica, estética, paisagística, psicológica e lazer);
Sociologia	- Direito de uso do espaço público; - Luta por acesso aos equipamentos urbanos públicos; - Interação democrática social; - Relações e disputas sociais (luta de classes); - Espaço de argumentação e reivindicações políticas; - Lugar de encontros.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da bibliografia estudada (2024).

Um dos desafios da interdisciplinaridade é proporcionar um diálogo fecundo entre diferentes áreas do conhecimento com a finalidade de ampliar as possibilidades de análise do objeto de pesquisa. Assim, a Figura 6 propõe um olhar interdisciplinar para o espaço público.

Figura 6 - Espaço público e a interdisciplinaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O olhar interdisciplinar para o espaço público revela um local amplo, no qual a sociedade se apropria para atividades em grupo (Gramsci, 2001; Santos, 2007; Bovo, 2009, Lynch 2011). E sua relevância se dá tanto pela esfera social, como também urbana e ainda pela saúde e bem estar social. Vários dos autores citados na construção dessa pesquisa (Sennet, 2018; Santos, 2007; Castells, 2011) ressaltam a importância do espaço público para o desenvolvimento da sociedade. As pessoas possuem demandas que podem ser atendidas pelos serviços públicos urbanos, como por exemplo serviços de educação, acesso à saúde, segurança, socialização e lazer, e quando ocorre de serem limitadas a esses serviços, isso é desigualdade social.

O espaço público pode se encaixar em diferentes demandas sociais, ou seja, as pessoas necessitam do espaço público para socializar, terem espaços de lazer (Serpa, 2014), e também esses locais melhora a qualidade do ambiente urbano, o que está ligado com a saúde humana (Lima *et al*, 1994). Por isso é tão importante que sejam espaços pensados para atenderem adequadamente a essas demandas. Os projetos dos espaços públicos devem incluir

equipamentos adequados e possibilitar que as pessoas se apropriem e utilizem esses locais de formas plurais (Aliprandi, 2010). Nesse contexto ressalta-se a importância da acessibilidade e da inclusão nos espaços públicos urbanos.

A acessibilidade pensada como a facilidade de acesso a um local ou serviço, é fundamental para garantir uma sociedade mais igualitária. Ou seja, é de extrema importância que o Estado garanta com que todas as pessoas tenham acesso aos espaços públicos. Como possibilitar isso? Tendo uma boa distribuição espacial de espaços e equipamentos dentro da área urbana, valorizando também os bairros periféricos, centrais, de diferentes classes sociais (Lynch, 2011). Essa distribuição adequada colabora para que a comunidade se identifique com o local que está mais próximo a sua residência e queira se apropriar dele. Sem apropriação o espaço público é apenas espaço físico, é a partir do cumprimento da função social que o espaço passa a ser ativo e essencial.

Garantir a equidade de acesso é o início para despertar uma sociedade que luta por seus interesses. Castells (2011), apresenta essa relação entre o espaço público e a democracia. Ter acesso a espaços que transmitam o sentimento de sociedade e de liberdade alimenta ainda mais o sentimento de pertencimento social e de consciência de classe, o que consecutivamente, pode facilitar a organização e a exigência de direitos relevantes para a comunidade. Direitos esses que deveriam ser garantidos pelo Estado, porém que necessitam de movimentos sociais e lutas para que sejam aplicados (Castells, 2011).

Já a questão da inclusão, agrega a pluralidade humana para os espaços públicos, considerar como perfil de frequentador pessoas com algum tipo de mobilidade reduzida, ou pessoas com deficiências, sejam elas deficiências visíveis ou ocultas, é fundamental para permitir a utilização do espaço por todos (Gehl, 1986). Equipamentos adequados que atendam às normas de acessibilidade de uso, uma boa iluminação que aumente o sentimento de segurança, entre outros fatores que serão avaliados por essa pesquisa, são o início da garantia do direito de usabilidade com segurança, acessibilidade e inclusão para o espaço público urbano.

Com base nos argumentos apresentados, fica evidenciado que uma abordagem interdisciplinar do espaço público precisa considerar a sua complexidade e a sua multidimensionalidade. Os espaços públicos são complexos visto que são produtos sociais, fruto do trabalho dos seres humanos, resultado de uma intencionalidade carregada de significados e repleta de funcionalidades. A multidimensionalidade diz respeito às várias dimensões que compõem os espaços públicos, com destaque para as questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Por isso, essa pesquisa busca compreender e discutir a função do espaço público do Parque da Pedreira de Campo Mourão, que se localiza em uma área residencial periférica do município. Além de avaliar se o parque, em sua forma física, permite a utilização igualitária pelos diferentes perfis de pessoas, sendo um local de liberdade e segurança, para que a comunidade se sinta representada pelo espaço, e tenha o sentimento de pertencimento a este. Na próxima seção será apresentado o histórico do parque e a avaliação de elementos de infraestrutura, segurança, acessibilidade e inclusão para compreender o contexto deste espaço público.

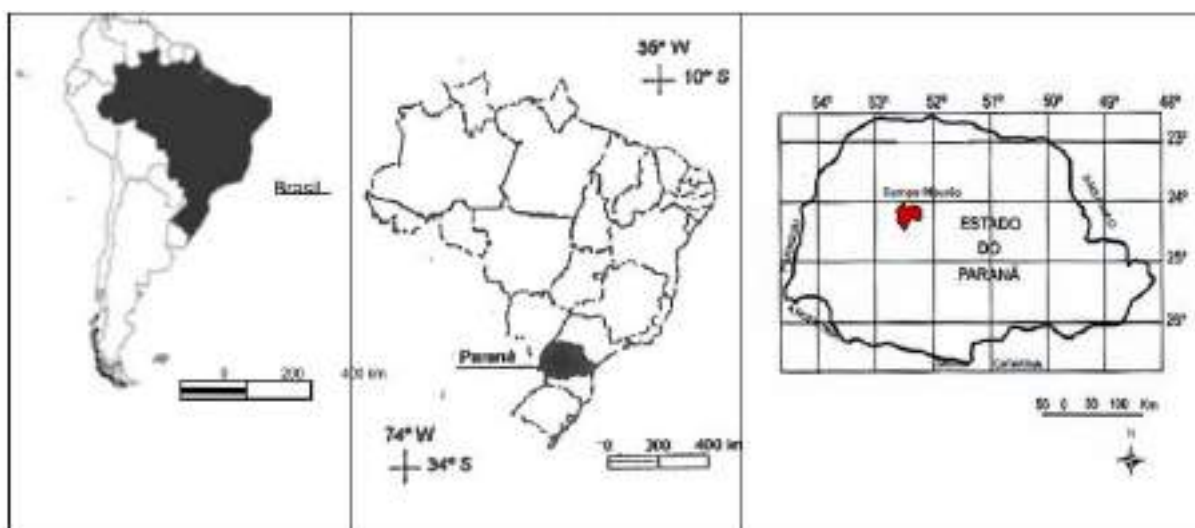
4 AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, DA SEGURANÇA E DA INCLUSÃO NO PARQUE DA PEDREIRA

Essa seção busca verificar a hipótese da pesquisa: o Parque da Pedreira não atende os requisitos básicos de segurança, acessibilidade e inclusão, mesmo sendo um projeto recém executado. Inicialmente apresenta-se um breve panorama de como foi o processo de projeto e obra do parque e, em seguida, são apresentados os resultados práticos obtidos ao aplicar os métodos já descritos na seção 2 para levantar e avaliar a infraestrutura, a segurança, a acessibilidade e a inclusão que o local possui. Essa pesquisa se propõe também a apresentar sugestões de melhorias para que o parque seja um local mais adequado para os usuários.

4.1 Histórico do Parque da Pedreira

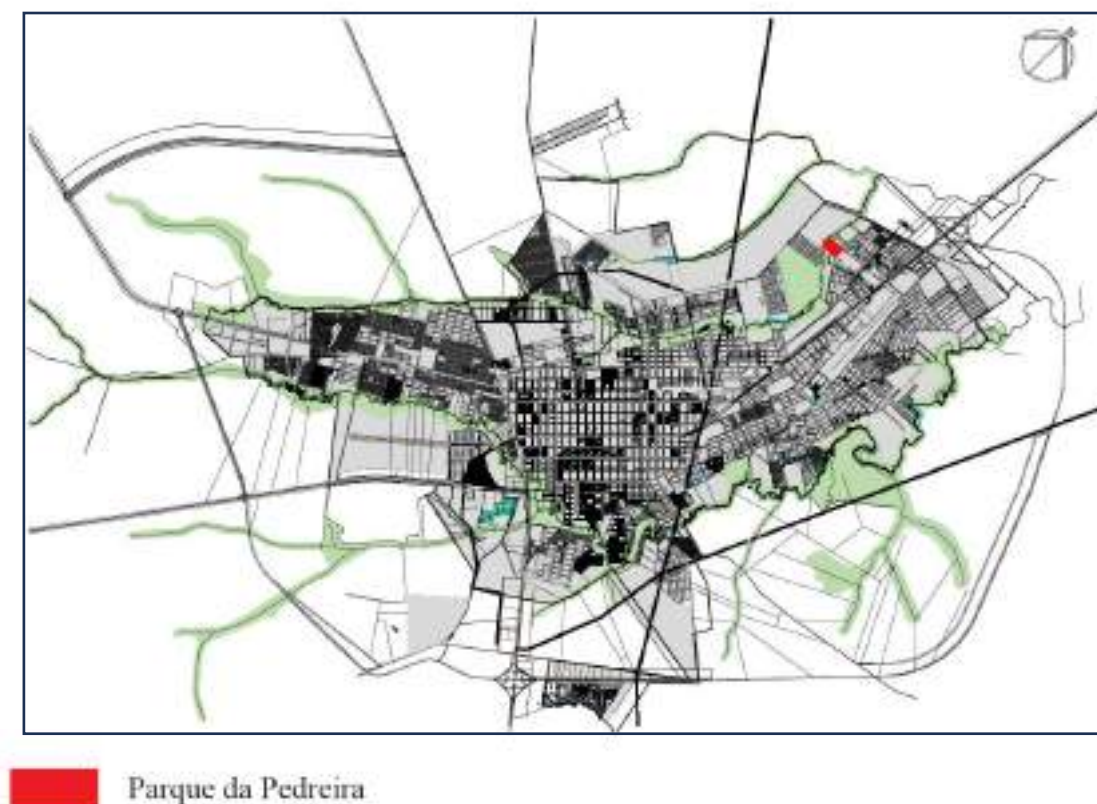
O Parque João Teodoro de Oliveira, ou como é conhecido, Parque da Pedreira, localiza-se no bairro Jardim Modelo, na cidade de Campo Mourão, centro oeste do Estado do Paraná, (Figura 7 e Figura 8). O mencionado parque teve sua inauguração no dia 04 de junho de 2022, e a elaboração do projeto iniciou-se em 2019.

Figura 7 - Localização de Campo Mourão



Fonte: Yokoo, 2007.

Figura 8 - Localização do Parque da Pedreira em Campo Mourão



Fonte: PMCM, 2024, adaptado pela autora.

Campo Mourão tem população estimada para o ano de 2024 em 103.340 habitantes, sendo o vigésimo terceiro município mais populoso do Estado do Paraná. O PIB per capita ultrapassa 53 mil reais, e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município está em 0,757, esse valor é considerado pela ONU como alto (IBGE, 2022).

O bairro Jardim Modelo, no qual o parque se encontra, é ao lado do Jardim Santa Cruz, que de acordo com Fialho e Olini (2020), foi instalado em Campo Mourão ainda na década de 1960. Sendo assim, essa localização da cidade é uma área urbanizada há bastante tempo, porém apenas na década de 2020, 60 anos após, foi que o poder público conseguiu executar uma área de lazer ampla para a população.

É importante ressaltar também que a região onde o parque está inserido possui uma média entre 3,1 e 3,6 moradores por unidade habitacional, esse número é maior que a média do município, que é de 2,65 moradores por domicílio (Batista, 2019). Nesse sentido, surge o questionamento do porquê uma área com tantas pessoas residentes, sendo um local já consolidado na cidade há vários anos, levou tanto tempo para possuir um espaço público apropriado.

O projeto do parque (Anexo 1) foi elaborado e doado à Prefeitura pelo Arquiteto Celso Hinorobu Tanaka, no ano de 2019, participaram também, como colaboradores, membros técnicos integrantes da Secretaria de Planejamento do município. Com o projeto completo já finalizado, a administração elaborou o Memorial Arquitetônico de Implantação do Parque da Pedreira, esse material define por dividir a execução do parque em duas etapas para a viabilização financeira. A primeira etapa contemplou a quadra de futebol suíço, área com banheiros e serviço, pórtico de entrada, pista de caminhada, equipamentos de parque infantil, equipamentos de academia ao ar livre e também uma arena aberta, a qual não foi executada. Para a segunda etapa de execução, sem previsão, o projeto contempla um istmo, mirante, gazebos, academia da saúde, quadra de bocha, quadra polivalente, quadra de areia, pista de skate, e complementação do paisagismo e iluminação (PMCM, 2019).

O processo de execução do parque teve seu início no dia 18 de dezembro de 2019, com o lançamento do edital de tomada de preços nº 18/2019 pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PMCM). A tomada de preços é uma modalidade de licitação para empresas anteriormente cadastradas no órgão público e que atendam às qualificações necessárias do edital, ou que se cadastrem até o terceiro dia anterior à apresentação das propostas. Além disso possuem limite de compras e serviços de até R\$1.430.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil reais), ou para serviços obras e serviços de engenharia o limite é até R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), (Brasil, 1993).

O referido edital para execução do Parque, tomada de preços 18/2019, foi inicialmente cotado por R\$2.355.217,55 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) pela administração, verba que originou da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Paraná (Cidade Portal, 2020). O resultado da tomada de preços apresentou a empresa Engemac Construções Ltda como a vencedora com o valor global de contrato de R\$2.331.610,41 (dois milhões, trezentos e trinta e um mil, seiscentos e dez reais e quarenta e um centavos. No entanto houveram aditivos necessários e o valor final da execução do parque chegou a R\$3.087.692,25 (três milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos), um aumento de 32,43% em relação ao contrato original (PMCM, 2024).

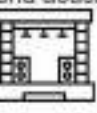
O contrato com a empresa vencedora foi assinado em 14 de maio de 2020, quando deram início aos trabalhos de execução. O parque foi aprovado pelo Poder Legislativo no dia 1º de fevereiro de 2021, conforme Lei nº 4.183/2021, o qual denominou o local como Parque Pioneiro João Teodoro de Oliveira, com uma área de 62.146,56 m² e sua inauguração oficial ocorreu no dia 04 de junho de 2022, o que representa aproximadamente dois anos de obras (PMCM, 2024).

Ao analisar o projeto completo (Anexo 1) pode-se observar que o parque abrangeria uma área maior do que a executada na primeira etapa das obras, e que seus equipamentos como bancos, quiosques, áreas de contemplação, seriam em maiores quantidades do que a executada de fato, mesmo ao considerar apenas a quantidade já planejada para ser executada na primeira etapa. Essa dissertação apresenta a seguir uma leitura do parque como se apresenta hoje, e o projeto original servirá de base para as propostas de estratégias para implementações de melhorias.

4.2 Avaliação quali-quantitativa da infraestrutura e da segurança no Parque da Pedreira

Nessa subseção a infraestrutura é levantada e avaliada conforme seu aspecto físico, de acordo com a metodologia já apresentada na seção 2 desta dissertação e que é retomada pela Figura 9.

Figura 9 - Infraestrutura a ser avaliada

Identificação do local 	Bebedouro 	Lixeira 	Bancos 	Parque infantil 	Estrutura para terceira idade 	Equipamentos para exercícios 
Quadra Esportiva 	Palco/coreto/concha acústica 	Obra de arte 	Vegetação 	Ponto de ônibus 	Sanitários 	Edificação institucional 
Ponto d'água 	Lago 	Piso e caminhos 	Estacionamento 	Paraciclo 	Segurança 	Iluminação 

Fonte: Bovo (2009), adaptado pela autora (2023).

Identificação do local

Como identificação do local, o parque conta com um portal de entrada (Figura 10) o qual apresenta a indicação de seu nome. Esse portal está em boas condições e se destaca na paisagem. Existe ainda uma segunda entrada (Figura 11), essa sem identificação, trata-se de um portão secundário, porém deveria haver algum tipo de identificação para que também funcione de forma a convidar os usuários a utilizar o parque.

Figura 10 - Entrada principal do parque



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 11 - Portão secundário do parque



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O portal principal está adequado e sugere-se executar um segundo portal para a outra entrada. A identificação é fundamental para que os visitantes obtenham visualmente a informação correta sobre o nome do parque, também tem função estética.

Bebedouro

O bebedouro (Figura 12) encontra-se na edificação institucional, ou seja, próximo aos banheiros, e da área de segurança do parque e possui três torneiras de água refrigerada. Além disso, ao se considerar a extensão do parque ele se encontra centralizado, está a aproximadamente 60 metros de distância do parque infantil, 115 metros da quadra de futebol, e cerca de 80 metros da área da academia da terceira idade.

Figura 12 - Bebedouro



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O item encontra-se em pleno funcionamento, dessa forma, foi considerado adequado e suficiente para a espacialidade do parque. Não se formam filas para a utilização, o fluxo de água é contínuo e rápido para que as pessoas se sirvam livremente.

Lixeira

Quanto ao item lixeiras (Figura 13), o parque possui 11 lixeiras distribuídas principalmente ao longo dos caminhos. As lixeiras possuem estrutura metálica e fechamento em ripas de madeiras, de modo geral encontram-se em bom estado.

No entanto cabe ressaltar que esse modelo de lixeira utilizado no parque, mesmo sendo um modelo amplamente utilizado no município, o que é positivo, é um modelo que exige a manutenção de sacos plásticos, sem os sacos de lixo a lixeira não funciona para a retenção dos resíduos por possuir grandes vãos. De acordo com o levantamento de campo, essa manutenção

dos sacos plásticos não acontece como deveria, o que prejudica consideravelmente a possibilidade de utilização.

Figura 13 - Lixeiras



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Uma lixeira foi indicada como em condição regular (Figura 14), encontra-se em bom estado, porém sua localização está inadequada, no meio do gramado isolada, sendo de difícil acesso para quem caminha na pista pavimentada, também não existem bancos ou outro equipamento próximo, sendo assim a localização não condiz com a funcionalidade do mobiliário.

Figura 14 - Lixeira mal localizada



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Além disso, duas lixeiras (Figura 15) apresentam problemas de condições de uso, encontram-se quebradas e foram classificadas como ruim no mapa geral (Figura 44). As lixeiras são fundamentais para a manutenção da limpeza do parque e para o acondicionamento correto dos resíduos sólidos.

Figura 15 - Lixeira quebrada



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Avaliando o *design* da lixeira, como já mencionado, é pouco eficiente sem a utilização de sacos plásticos, assim além da indicação de seis novas lixeiras a serem implementadas para suprir as novas áreas de socialização do parque, recomenda-se a substituição gradativa do modelo, para que funcionem sem a necessidade de sacos de lixo. Ou seja, um modelo sem vãos grandes, que consiga reter pequenos resíduos, como é o caso de uma embalagem de algum alimento, algo que seria comum em um espaço público. Desse modo, é proposto um novo modelo de lixeira, conforme Figura 16.

Figura 16 - Lixeira Steel Ecopex



Fonte: Ecopex Materiais Ecológicos, 2024.

A lixeira Steel da Ecopex é um modelo bastante interessante para a aplicação em espaços públicos. Possui sua estrutura em metal e fechamento em madeira plástica, que é mais resistente a intempéries do que a madeira natural, seu modelo não possui grandes vãos, pode ser utilizado com ou sem o saco plástico (Ecopex, 2024). Além disso, o modelo com tampa protege para que a lixeira não acumule água durante períodos chuvosos. É um modelo bastante similar ao existente no parque, porém com maior eficiência, já que a manutenção dos sacos plásticos nem sempre acontece.

Outro ponto bastante importante referente às lixeiras é que o parque não possui nenhum tipo de distinção entre lixeiras para materiais recicláveis e orgânicos. O modelo com tampa também serve para fazer essa distinção entre recicláveis e orgânicos. Além disso, sugere-se a implementação de lixeiras separadas por tipo de resíduo (Figura 17) no local da sede do parque, para que os usuários possam fazer a destinação separadamente. A instalação de lixeiras com as cores para cada tipo de resíduo é fundamental, visto que indicará a preocupação dos gestores do parque com a reciclagem e com a educação ambiental.

Figura 17 - Cores das lixeiras por resíduo



Fonte: Disk entulho Jundiaí, 2024.

Assim, o item foi considerado suficiente, qualitativamente foi considerado como bom, pois estão íntegras, porém com a ressalva de que não cumpres completamente com sua função pela ausência de sacos plásticos. Sugerindo-se então, a alteração no modelo de lixeira.

Bancos

O parque atualmente conta com apenas três unidades de bancos em sua área interna (Figura 18). São bancos íntegros e que atendem à sua funcionalidade, porém, em quantidade não são suficientes para atender à demanda de todo o parque.

Figura 18 – Bancos



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Em relação aos materiais, os bancos são de madeira com estrutura de metal, o que os torna bastante resistentes ao tempo, seu estado de conservação é adequado. O *design* é tradicional, e encontrado em outros locais da cidade, o que justifica sua presença no parque. Sobre o conforto, o banco possui uma ergonomia adequada para sentar, porém as ripas de madeira podem causar desconforto quando pensadas em longos períodos de permanência.

Os bancos existentes são adequados também quanto ao sombreamento, estão localizados próximos a uma grande árvore. As propostas de novas unidades também têm essa preocupação, porém o parque como um todo é carente de espaços sombreados, assim a vegetação também deverá acompanhar os locais de novas unidades de bancos. Existe no parque uma segunda área na qual existe sombreamento e piso adequado, no entanto sem bancos, conforme Figura 19.

Figura 19 - Área adequada para bancos



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Nesse sentido, foram propostas 44 novas unidades de bancos, que poderiam ter o mesmo formato do existente para que seja mantida a linguagem do local, além de ser um banco que é amplamente utilizado dentro de outros espaços públicos da cidade, o que aumenta ainda mais a identificação dos frequentadores com o local, seguindo os conceitos propostos por Lynch (2011) e Aliprandi (2010). Outra questão importante que o projeto original do parque já abrangia, e essas novas propostas também consideram, é a socialização. Assim como apresentado por Castells (2010), é essencial que o mobiliário proporcione a socialização das

pessoas, ou seja, um único banco implementado sozinho pode não ser tão eficiente quanto um grupo de 3 ou 4 unidades, que facilitem com que as pessoas se aproximem e utilizem do espaço adequadamente.

Parque Infantil

O parque infantil (Figura 20) é amplamente utilizado pelas crianças, destaca-se esse equipamento como um dos mais utilizados no parque. É bastante variado, apresenta-se em boas condições e é uma área sombreada, o que faz com que seja mais confortável para as crianças. Os equipamentos são em sua maioria de madeira e plástico, e a base da área é grama, o que faz com que surjam áreas de terra nua pelo pisoteamento excessivo.

Figura 20 - Parque Infantil



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O parque conta com um equipamento de percurso de trilha aérea infantil de aproximadamente 30 metros de comprimento, incluindo 5 escorregadores, 4 subidas de escaladas, além de 2 gangorras, 1 gira-gira e 1 balanço com mola. Os equipamentos estão em bom estado de conservação, e crianças de diferentes idades conseguem aproveitar as atividades, a única desvantagem é o piso de grama que como já mencionado, pelo pisoamento excessivo a terra acaba ficando exposta.

De acordo com a norma de parques infantis (ABNT 16071) o piso deve amortecer as quedas, o solo bruto não se apresenta como adequado a essa função. Dessa forma, item foi

considerado como suficiente, visto que é um dos pontos mais utilizados pelo público, porém parcialmente adequado, devido ao piso.

Estrutura para Terceira Idade

A estrutura para terceira idade, ou A.T.I. como também é conhecida (Figura 21) conta com 14 diferentes equipamentos, inclusive 3 equipamentos acessíveis para pessoas que utilizam cadeira de rodas (Figura 22).

Figura 21 – Estrutura para Terceira Idade



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 22 – Equipamentos existentes



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O espaço da A.T.I. (Figura 23) é bem localizado, de fácil acesso, está próximo ao bebedouro, o ponto negativo é a falta de sombreamento, o que provavelmente reduz a utilização do local pelos visitantes, visto que os aparelhos são de estrutura metálica e aquecem consideravelmente no sol pleno. No entanto, os aparelhos encontram-se em bom estado, e o piso é nivelado e adequado.

Figura 23 – Acesso da estrutura para Terceira Idade



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

No entanto, a avaliação não identificou atividades com acompanhamento profissional, assim os usuários precisam se exercitar sem nenhum tipo de supervisão. O painel explicativo demonstra como devem ser feitos os exercícios em cada tipo de equipamento, porém seria interessante que houvesse algum horário específico com um profissional da educação física para supervisionar e orientar quem deseja praticar os exercícios. Isso traria uma motivação maior para os frequentadores, que poderiam utilizar ainda melhor do espaço, Amaral (2022) reforça ainda que a placa orientativa não substitui a orientação profissional para a prática do exercício de forma correta e segura, para que se evite lesões, principalmente tratando-se de um público de terceira idade.

Assim, o item é considerado como adequado e suficiente, com uma ressalva em relação a ausência de um profissional da educação física para orientar os frequentadores. Além disso, a questão de sombreamento está abarcada pelo item vegetação e não pelo item dos aparelhos em específico.

Equipamentos para exercícios

Sobre os equipamentos de práticas de exercícios, no projeto original o parque conta com uma cancha de bocha, quadra poliesportiva, pista de skate, área de tai-chi, quadra de vôlei de areia e espaço de academia da saúde, ou seja, várias opções de espaços para atividades físicas distintas, porém não foram executadas. Ou seja, atualmente não há equipamentos para práticas de exercícios. Dessa forma, o item foi considerado como inexistente e a proposta é que seja seguido o projeto e executado os itens já planejados.

Quadra Esportiva

A quadra de futebol Society (Figura 24) localiza-se bem próximo à entrada principal, de fácil acesso, possui as dimensões corretas para a modalidade, 45 metros de comprimento e 25 metros de largura, seu piso é em grama sintética. A quadra é amplamente utilizada pelos usuários, principalmente nos fins de tarde e finais de semana. A orientação da quadra é Norte-Sul, o que é recomendável para que o sol não atrapalhe as atividades.

Figura 24 - Quadra de Society



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A quadra é toda cercada, o que facilita para que a bola não se perca. No entanto, não possui nenhum tipo de arquibancada, mesmo o terreno sendo propício para a instalação de uma no local, o projeto não contemplou essa estrutura que poderia agregar para que as pessoas aguardem sua vez de jogar ou assistam aos jogos. Quanto a iluminação, a quadra possui

lâmpadas que se acendem com sensor fotovoltaico, ou seja, quando está escuro se acendem automaticamente, isso se justifica também pois o acesso da quadra não se limita ao período diurno, enquanto o parque está aberto ela pode ser utilizada, ou seja até as 22 horas. Nesse sentido, a quadra foi considerada como adequada e suficiente.

Palco/Coreto

O projeto apresenta um espaço de arena, que se enquadra no item palco/coreto, um espaço destinado a apresentações artísticas, esse item infelizmente não foi ainda executado no parque, mas é de bastante importância, visto que conforme a discussão bibliográfica apresentada a participação ativa das pessoas nos espaços públicos fortalece a identificação delas com o local, e auxilia na manutenção adequada do espaço, criando ainda maiores vínculos sociais (Lynch, 2011, Gehl 2015, Cullen, 2018). Além disso, a Prefeitura Municipal possui alguns projetos que estimulam essa apropriação do espaço público de parques e praças na cidade, entre eles o “Rua de Lazer” e também o “Festival de Verão”, nesses eventos são disponibilizados para a população atividades de infantis diversas, apresentação de música e dança. Caso o parque possuísse um espaço adequado para apresentações, esse tipo de atividade poderia ser melhor explorado, trazendo ainda mais frequentadores. Assim, o item foi considerado inexistente.

Obra de Arte

Quanto a uma obra de arte específica, o projeto original não contemplou esse aspecto, tampouco foi executado algo nesse sentido. Porém, seguindo a metodologia apresentada, uma peça de obra de arte é algo que auxilia no processo de criação da identificação dos usuários com o local, o que potencializa a apropriação e dá o sentimento de pertencimento, assim sugere-se que seja implementado (Lynch, 2011, Gehl 2015, Cullen, 2018). O projeto traz uma área destinada a piquenique para as famílias, essa seria uma área interessante para que fosse implementada uma obra de arte.

Também para esse espaço, sugere-se a instalação da “Árvore Solar” (Figura 25), projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal que contém câmeras de segurança, tomadas e portas USB para carregamento de celulares, além de funcionar como roteador *Wi-Fi*, alimentados por um sistema de placas fotovoltaicas. Esse tipo de estratégia funciona como atrativo para o parque e faz com que as pessoas permaneçam por mais tempo, mesmo que conectadas à internet, mas usufruindo de um local público em meio a elementos naturais (PMCM, 2025).

Figura 25 - Árvore Solar



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Mourão, 2025.

Vegetação

Sobre o item vegetação, atualmente o parque possui árvores esparsas e apenas um ponto com uma vegetação esteticamente intencional (Figura 26). Por se tratar de um parque, a vegetação é um item que deve ser melhor explorado. A área total do parque é de aproximadamente 52.380 metros quadrados, e a área de vegetação arbórea levantada é de aproximadamente 5.105 metros quadrados, isso é proporcional a menos do que 10% da área total. Do restante da área 9.915 metros quadrados (19%) é composto pelo lago, 85 metros quadrados pela sede (1,6%), 1.977 metros quadrados pelos pisos e caminhos do parque (3,8%) e a grande maioria 65,9% por gramíneas e arbustos baixos, o que faz com que toda essa área seja desprovida de sombreamento o que é ruim tanto para atividades que exijam esforços físicos, como também para atividades de relaxamento.

Figura 26 - Apiário



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O projeto original também não define uma intencionalidade paisagística, o que sugere que o projeto paisagístico seria contratado posteriormente pelo poder público. A falta de vegetação arbórea reduz drasticamente as áreas sombreadas, e consequentemente reduz a apropriação pela população. Além de não criar um ambiente com uma estética agradável para permanecer por longos períodos, a vegetação intencional é um agregador para o estímulo de visitantes. Assim como apresentado por Bovo (2009), os espaços públicos desempenham importantes funções urbanas, e uma boa vegetação é essencial para que essas funções sejam cumpridas.

Assim, o item vegetação foi considerado insuficiente e regular, pois são vários os espaços a sol pleno, como a A.T.I e toda a parte dos caminhos, e falta também uma intencionalidade, pensando em floração, algo sensorial ou comestível. Essa dissertação não abará a definição de um projeto paisagístico para o parque, mas destaca sua necessidade para que as pessoas se apropriem e se identifiquem ainda mais com o local.

Ponto de ônibus

O bairro onde o parque localiza-se é bastante afastado do centro da cidade para os padrões de Campo Mourão, cerca de 6 quilômetros. De acordo com o itinerário apresentado pelo site da empresa Melissatur, empresa que opera o transporte público do município, existem duas linhas de ônibus que conectam o parque com o centro e outras regiões, a linha C03 (Jd.

Aparecida / Jd. Santa Cruz / Jd. Batel / *Campus Integrado*) e a linha C04 (Jd. Modelo / Jd. Esperança / Conj. Milton de Paula / Conj. José Richa).

O ponto de ônibus mais próximo do parque está a 400 metros de distância (linha C03), e um segundo a 500 metros (linha C04). De acordo com o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2017) a distância aceitável para uma caminhada até um ponto de transporte público é de 500 metros, ou seja, o parque está no limite. Vale destacar que a linha C04, no sentido bairro-centro, passa na esquina do parque, a menos de 100 metros de distância, e que poderia haver um ponto nesse local, para que as pessoas do parque possam retornar a suas casas com mais segurança. Dessa forma, esse item foi considerado insuficiente.

Sanitários

Os sanitários existem e funcionam, são abertos à população. No entanto, a manutenção desses espaços é bastante precária. Isso demonstra também uma falta de monitoramento, visto que os sanitários se localizam juntamente a edificação institucional, poderiam ser mais fiscalizados pelos seguranças do local. Existe um sanitário masculino (Figura 27) com duas cabines, dois mictórios e duas cubas, e um sanitário feminino (Figura 28) com três cabines e três cubas. É importante ressaltar que há um sanitário acessível juntamente com um fraldário, porém encontra-se geralmente fechado, somente os seguranças podem dar acesso.

Figura 27 - Sanitário Masculino



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 28 - Sanitário Feminino



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Nesse sentido, em relação ao quantitativo os sanitários são suficientes, porém em aspecto qualitativo são ruins, a usabilidade é prejudicada por falta de higiene e manutenção.

Edificação Institucional

Figura 29 - Edificação Institucional



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Existe uma sede no parque (Figura 29), com aproximadamente 80 metros quadrados na qual localizam-se os banheiros, o bebedouro, e um espaço destinado aos seguranças. Que incluem uma copa, uma lavanderia e dois banheiros maiores com chuveiro. O espaço contém

um pergolado central, e o projeto original contemplava também mesas de apoio para o público em geral, porém as mesas não existem. Esse espaço da edificação é bastante agradável e poderia agregar outros usos para os usuários.

Assim, esse item foi considerado suficiente e, analisando a estrutura atual, está em bom estado. Poderia ser ainda mais aproveitado, ao instalar as mesas que o projeto propunha, para que as famílias possam ter um local de alimentação e socialização aproveitando o sombreamento que o pergolado faz, visto que o parque como um todo é carente de áreas sombreadas.

Ponto d'Água

O parque não apresenta um ponto de torneira de água, esse ponto facilitaria nas manutenções do espaço, como para limpeza ou manutenção de algumas plantas. Levando em consideração que a pesquisa sugere novos canteiros paisagísticos, com flores e espécies que necessitem de rega mais constante, é importante que em alguns locais tenha a infraestrutura de água para tal. Por isso, foram sugeridos dois novos pontos d'água para facilitar a manutenção, sendo um próximo a área do palco/coreto, e um segundo próximo a obra de arte, assim além de facilitar a manutenção das plantas, também será útil para a limpeza dos locais, ressalta-se que nem a área do palco, nem a obra de arte são existentes, ou seja, também são propostas dessa pesquisa.

Lago

O lago (Figura 30 e Figura 31) é um ponto de destaque do parque, criando uma paisagem admirável com o paredão da pedreira ao fundo. Ao compreender as funções do espaço público, de acordo com Bovo (2009), é possível relacionar o lago com a função ambiental, pois se torna um local de importante habitat para a fauna, além de atuar como estratégia de drenagem do solo urbano. O lago também possui a função estética, fazendo parte de um cenário único na cidade, além de cumprir com a função psicológica e social, ao possibilitar relaxamento aos que o contemplam. Contudo, ao redor do lago faltam bancos para que as pessoas possam socializar e admirar a paisagem, além do que a iluminação nessa área é inexistente, impossibilitando que as pessoas possam aproveitar a vista ao entardecer com segurança.

Os bancos não foram contemplados no projeto original, o que para essa pesquisa se mostra essencial para o bom aproveitamento do recurso natural. Já a iluminação continha no projeto, porém não foi executada, criando um caminho escuro e ermo nos períodos de fim do dia.

Figura 30 - Vista 01 do lago



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 31 - Vista 02 do lago



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Dessa forma, avalia-se que o item lago é suficiente e adequado. Os itens que necessitam de melhoria são justamente os bancos e a iluminação, para que os frequentadores possam socializar com segurança, e aproveitar o visual contemplativo que o paredão da pedreira proporciona.

Pisos e Caminhos

Ao todo, são 1.148 metros lineares de pisos e caminhos pelo parque, possibilitando uma caminhada por todo seu perímetro, além de caminhos internos. Existem basicamente dois tipos de piso no parque. O primeiro tipo liga a entrada principal até a sede, aproximadamente 85 metros lineares, e foi executado conforme o projeto, com uma largura de 3 metros e em blocos intertravados (Figura 32), isso dá um destaque para a entrada e permite um melhor fluxo de pessoas. Interessante ressaltar que o bloco intertravado é um piso que possibilita a permeabilidade do solo, ou seja, quando das chuvas não impede a drenagem da água. Além disso é um piso de baixa manutenção, não exige pintura, trabalha conforme o solo, não ocasionando fissuras, e é antiderrapante.

Figura 32 - Piso da entrada principal



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O segundo tipo de piso existente no parque é o de concreto alisado (Figura 33). Esse piso contempla todos os demais caminhos existentes, a largura é reduzida, uma média de 1,50 metros, o que também está de acordo com o projeto original. De acordo com a NBR 9050/2020, essa largura de 1,5 metros para corredores, é o mínimo recomendável para a passagem de duas cadeiras de rodas, ou seja, poderia ser uma passagem maior e mais confortável para um espaço público amplo como o parque.

Vale ressaltar que um ponto bastante complicado dos caminhos é a sua inclinação. Ainda na Figura 33 é possível observar como o piso fica bastante inclinado, principalmente nas laterais do lago, é um caminho bastante íngreme e a falta de corrimão dificulta o acesso por pessoas de mobilidade reduzida e isso é mais profundamente discutido na seção seguinte.

Figura 33 - Piso de concreto



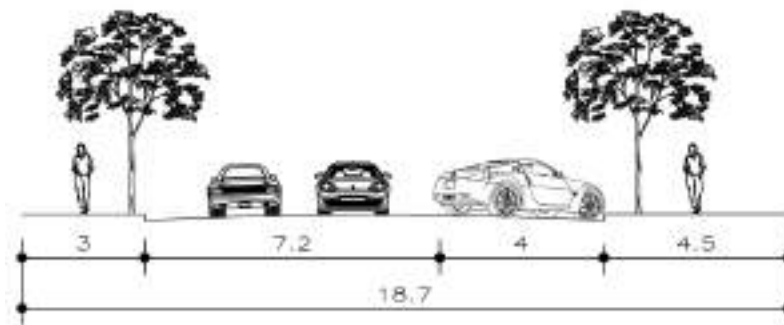
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O piso de concreto não apresenta problemas estruturais, está bem executado, no entanto a inclinação a qual foi executada é uma problemática que afeta a inclusão e a acessibilidade das pessoas de modo geral, dificultando o acesso à vista do lago, e será mais discutida no tópico sobre acessibilidade.

Estacionamento

O parque está bem servido por estacionamento (Figura 35), a execução seguiu o projeto e contempla toda a lateral da Rua Alcides Hauagge, mesmo em dias movimentados as vagas são suficientes. O estacionamento completo possui 77 vagas, em posição diagonal a 45° em relação a via, além disso a rua possui 11,20 metros de largura, e se apresenta conforme o corte esquemático da Figura 34.

Figura 34 - Corte esquemático da Rua Alcides Hauagge



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Figura 35 - Estacionamento



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

No entanto, mesmo sendo suficiente, o item foi considerado parcialmente adequado. Isso por conta da ausência de vagas reservadas para pessoas idosas, ou pessoas com deficiência, o que é exigido por lei, a questão da acessibilidade é tratada na seção 4.3. O projeto orientava 2 vagas destinadas a pessoas com deficiência, que seriam suficientes, visto que a legislação indica 2% de vagas reservadas, porém não foram executadas. Quanto às vagas para idosos, o projeto não contempla.

Paraciclo

Atualmente não há espaço dedicado para a correta locação de bicicletas no parque. O projeto original contemplou esse item, porém não foi executado. Isso é um ponto que é muito

necessário, visto que grande parte do público que utiliza o parque mora nas proximidades e podem utilizar do modal de transporte bicicleta para acessar, no entanto, não há um espaço específico para que sejam guardadas com segurança. Além disso, o modal bicicleta contribui para a redução do consumo de combustíveis fósseis, reduzindo a emissão de gases do efeito estufa, ou seja, trata-se de um modal que contribui para a preservação do meio ambiente e que deve ser estimulado em prol da sustentabilidade da vida (Ferreira, 2023).

Tornar o transporte mais sustentável também se encaixa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que a ONU propôs, ou seja, esse item que atualmente é inexistente, pode ser executado de uma forma tão simples, porém simbólica e com grande relevância para a população geral. A ausência de paraciclos em um local público de grande relevância como o parque demonstra uma falta de preocupação e consideração pelos usuários do modal, além de não incentivar com que outras pessoas também possam fazer o uso da bicicleta como transporte.

Segurança

O parque conta com um sistema de câmeras de monitoramento (Figura 36), o que é bastante positivo para a segurança do local. Essas câmeras estão próximo à entrada e também próximo ao topo da pedreira.

O parque passa uma boa sensação de segurança de modo geral, além das câmeras existe um funcionário que faz a vigilância do local. Porém, existe uma parte do parque que é pouco monitorada, tanto pelo profissional como pelas câmeras, além de não haver iluminação instalada, que é a parte de baixo da pedreira. A área ao redor do lago e próximo a mata é uma paisagem muito bonita, como já apresentado no tópico sobre o lago, contudo, pela falta de instrumentos de segurança é pouco explorada pelos visitantes.

Figura 36 - Câmeras de segurança



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Além disso, o parque conta com um local específico que exige segurança redobrada, o acesso a pedreira pelo lado de cima, que inclusive já causou acidentes. Em janeiro de 2024 uma adolescente de 16 anos caiu da pedreira, uma altura de aproximadamente 10 metros, a reportagem do Blog TaSabendo ressalta ainda que esse não foi o primeiro incidente nesse local. A vítima em reportagem disse que “que foi até o local, no início da noite, para contemplar a bela paisagem que o parque proporciona”, ou seja, a população reconhece que o parque é um local belo, e esse ponto da pedreira cria visuais muito interessantes, em contrapartida, faz-se necessário a implementação ou de um mirante seguro para a população ou de uma barreira de controle de acesso para que esse tipo de acidente não ocorra novamente (Tasabendo, 2024).

O projeto do parque inclui um mirante, e seria de grande valia para a valorização da paisagem e usabilidade do parque. Sua execução está prevista para a segunda etapa de execução, porém vale ressaltar que ainda não há cronograma ou recursos para que a segunda etapa seja iniciada pelo poder municipal.

Em relação a segurança dos acessos e do entorno do parque, de modo geral as ruas são bem iluminadas, o que passa uma sensação de maior segurança, e também por se tratar de um bairro residencial é sempre bastante movimentado. O parque é todo cercado com alambrado o que faz com que o acesso seja ligeiramente mais controlado, visto que alguns locais esse alambrado já possui interrupções feitas por vândalos.

Iluminação

A iluminação é feita por meio de postes de LED (Figura 37), distribuídos ao longo dos caminhos do parque, existe iluminação também na quadra de futebol (Figura 38), no parque infantil (Figura 39) e na edificação institucional.

Figura 37 - Vista noturna



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Figura 38 - Vista noturna quadra Society



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O projeto original conta com 70 postes de uma pétala dispostos por todos os caminhos do parque, além de 4 postes de 5 refletores para a quadra de futebol Society. Para uma segunda etapa de execução o projeto previu a instalação de mais 16 unidades de postes de uma pétala para a área do parque infantil e 13 unidades de poste com 3 refletores para as áreas de esporte (quadra poliesportiva, quadra de areia e pista de skate). Essa segunda etapa melhoraria muito a qualidade da iluminação do parque infantil, atualmente os postes estão distantes, criando locais de sombra (Figura 39).

Figura 39 - Vista noturna parque infantil



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Dos 70 postes indicados pelo projeto para serem executados na primeira etapa, apenas 34 foram executados. Importante ressaltar que existem bases executadas para receber a instalação de postes, porém sem o poste e sem a fiação necessária (Figura 40). Isso faz com que a quantidade de luz seja menos distribuída, criando locais com muito sombreamento ou ainda, iluminação insuficiente, principalmente na região ao redor do lago. Mesmo assim, somando-se as bases executadas e os postes em funcionamento, não equivale a quantidade total dos postes previstos no projeto.

Figura 40 - Base de concreto sem poste de iluminação



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

De modo geral, a iluminação é insuficiente, com destaque para alguns trechos que foram definidos com iluminação regular no mapa geral (Figura 44), isso ocorre devido aos postes estarem muito espaçados ou porque realmente faltam postes. Apenas ao longo dos caminhos e da sede (Figura 41) que se considerou uma iluminação suficiente.

Figura 41 - Vista noturna da sede



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Sintetizando a avaliação, inicialmente os pontos de infraestrutura são classificados de acordo com a sua quantidade, por meio do levantamento no local e também comparando aos itens propostos no projeto original do parque. Como resultado a Figura 42 apresenta os itens que se encontram em quantidade suficiente (azul), insuficiente (amarelo) ou que não existem no local (preto), seguindo a legenda da figura 4 da metodologia apresentada.

Figura 42 - Análise quantitativa da infraestrutura do parque

Identificação do local 	Bebedouro 	Lixeira 	Bancos 	Parque infantil 	Estrutura para terceira idade 	Equipamentos para exercícios 
Quadra Esportiva 	Palco/coreto concha acústica 	Obra de arte 	Vegetação 	Ponto de ônibus 	Sanitários 	Edificação institucional 
Ponto d'água 	Lago 	Piso e caminhos 	Estacionamento 	Paraciclo 	Segurança 	Iluminação 

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quantitativamente, os itens que foram considerados insuficientes foram: bancos, vegetação, segurança e iluminação, além de inexistir equipamentos para exercícios, palco, obra de arte, ponto de ônibus nas proximidades e paraciclos. Os pontos compreendidos como insuficientes ou inexistentes serão objetos de proposições de melhoria.

Em relação aos bancos, o parque possui apenas três unidades, o projeto original traz 82 unidades de bancos localizados de forma a propiciar a socialização. Por isso, propõe-se a implementação de 44 novas unidades, para tanto foram levadas em consideração a locação do item no projeto original e também a percepção da autora dentro do espaço do parque.

Sobre os equipamentos de exercícios, como já apresentado, o projeto original contava com mais opções. Está previsto para a segunda etapa de execução do parque, a instalação da pista de skate, da cancha de bocha, da quadra poliesportiva, da quadra de areia e também a área de tai-chi. Essa execução será de grande valia para melhorar as opções de atividades do parque.

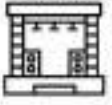
Os itens ponto de ônibus e paraciclo estão conectados à questão da acessibilidade e inclusão do parque. Os paraciclos estão presentes no projeto original, inclusive como item da primeira etapa, porém não foram executados. E os pontos de ônibus atuais encontram-se no

limite de distância máxima, sendo que a linha passa bem próximo ao parque, assim sugere-se a implantação de uma nova parada mais próxima para que o parque seja mais acessível aos moradores também de outras regiões da cidade.

Por fim, os itens segurança e iluminação estão interligados, e também relacionados ao item acessibilidade. O parque possui sim postes de iluminação e câmeras de segurança, porém em menor quantidade do que o projeto original, e alguns pontos foram considerados como com iluminação inadequada, o que será descrito no mapa geral da Figura 44.

Seguindo esse formato de análise, o levantamento de campo resulta em um mapa geral e uma figura resumo (Figura 43) que analisa e classifica os itens de acordo com a metodologia já apresentada. Esse mapa síntese está apresentado na Figura 44, e utiliza a legenda conforme apresentado na Figura 3, verde para itens considerados adequados, laranja para itens regulares, vermelho para itens ruins e com problemas estruturais, e preto para novas propostas de implantação. Dessa forma, a necessidade de avaliar os itens tanto em relação ao quantitativo, quanto ao qualitativo se justifica, pois a simples existência não é garantia de que o item seja funcional e adequado para a atividade que se propõem.

Figura 43 - Análise qualitativa da infraestrutura do parque

Identificação do local 	Bebedouro 	Lixeira 	Bancos 	Parque infantil 	Estrutura para terceira idade 	Equipamentos para exercícios 
Quadra Esportiva 	Palco/coreto ou concha acústica 	Obra de arte 	Vegetação 	Ponto de ônibus 	Sanitários 	Edificação institucional 
Ponto d'água 	Lago 	Piso e caminhos 	Estacionamento 	Paraciclo 	Segurança 	Iluminação 

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 44 - Análise quali-quantitativa da infraestrutura do parque



Legenda: 1-Quadra de Areia; 2-Quadra Poliesportiva; 3-Pista de Skate; 4-Cancha de Bocha; 5-Arena de Tai-chi.

Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem de satélite Google Earth, 2024.

4.3 Avaliação da inclusão e da acessibilidade no Parque da Pedreira

Para a avaliação da acessibilidade e da inclusão, os aspectos físicos e de infraestrutura serão analisados com esse viés marcado. Com o intuito de compreender se o parque é acessível para todas as pessoas e ainda se esse espaço pode ser considerado inclusivo, possibilitando a utilização por todas as pessoas. Para essa análise foram retirados os itens: equipamentos para exercícios, obra de arte, palco/coreto, ponto d'água e paraciclos, por serem inexistentes. O item vegetação foi também retirado por não caber uma análise de acessibilidade ou inclusão.

Identificação do local

Ao analisar a identificação do local com o viés da acessibilidade, percebe-se que não há outra maneira de identificação que não a visual. Poderia ser executado algum tipo de quadro informativo em Braille, por exemplo, para que pessoas deficientes visuais também possam compreender melhor o espaço e criar o sentimento de pertencimento com o local. A norma de acessibilidade (NBR 9050) não especifica a obrigatoriedade da identificação em Braille para esses casos, porém a pesquisa sugere como estratégia de maior inclusão.

Bebedouro

De acordo com a NBR 9050/2015 os bebedouros para serem acessíveis devem ser feitos com material de fácil higienização, torneiras com jato inclinado e na parte frontal do bebedouro. Além disso, precisam ter duas alturas de torneira, uma a 90cm e outra entre 1m e 1,1m de altura do piso acabado, deve ser garantido um módulo de referência de aproximação frontal e ter altura livre inferior com no mínimo 73cm.

Dessa forma o bebedouro do parque é parcialmente acessível. Satisfaz a qualidade do material por ser de inox, e possui três torneiras a 80cm do piso. Possui aproximação frontal adequada, único requisito que não cumpre é quanto às alturas de torneira e altura livre inferior. Para solucionar essa questão, poderia haver uma base em concreto que elevaria o bebedouro em 10cm, enquadrando-o melhor nas normas de acessibilidade.

Lixeira

Em relação às lixeiras, também se mostram adequadas quanto à inclusão e acessibilidade, são lixeiras sem tampa de fácil acesso, e de modo geral sua implantação está posicionada próximo aos caminhos pavimentados, ou seja, nas rotas de passeio do parque. O dimensionamento das lixeiras também é adequado e qualquer pessoa, independente de físico ou

idade conseguem ter acesso a elas. No entanto, como já demonstrado anteriormente, seria mais apropriado que o modelo fosse alterado, para uma das mesmas proporções, mas que elimine a necessidade do saco plástico para a funcionalidade, e também que haja tampa, para que reduza a possibilidade de acúmulo de água em seu interior.

Bancos

Os bancos do parque possibilitam a utilização por diferentes pessoas, são firmes e resistentes, o piso ao redor é adequado para a aproximação de uma cadeira de rodas e os bancos existentes não apresentam risco para a população. Ou seja, os bancos são inclusivos e acessíveis, isso é facilmente atingido devido a mínima quantidade em que se apresentam. Ao pensar no parque como um todo é importante dar continuidade nesse formato de implantação, que sejam locais seguros, bem iluminados e com acessibilidade para pessoas com deficiência.

Parque Infantil

O parque infantil, amplamente utilizado pelo público, não é inclusivo, dessa forma não possui equipamentos destinados a crianças com deficiências motoras, o que impossibilita a utilização principalmente para crianças com cadeiras de rodas. O parque infantil possui uma grande gama de brinquedos, e de acordo com a Lei nº 10.098/2000, locais públicos devem destinar pelo menos 5% de seus equipamentos para pessoas com mobilidade reduzida, assim considera-se que o parque infantil não se enquadra nas normas de acessibilidade e inclusão.

Estrutura para Terceira Idade

Como já demonstrado na seção de análise de infraestrutura, a estrutura para terceira idade do parque conta com três equipamentos inclusivos para pessoas com cadeira de rodas, e se apresentam em bom estado. O acesso é bastante plano e fácil mesmo para pessoas de mobilidade reduzida. Assim, seguindo os critérios da análise, esse item é considerado como adequado em relação à acessibilidade e inclusão.

Quadra Esportiva

Avaliar a quadra de futebol Society significa avaliar principalmente seu acesso (Figura 45) que se dá por meio de uma rampa. No entanto, essa rampa é desprovida de corrimãos laterais e sua inclinação é de 16,7% (1 metro de altura em 6 metros de comprimento). De acordo com a norma de acessibilidade (NBR 9050) as rampas que vencem até 1 metro de altura de desnível devem ter inclinação entre 5% e 6,25%, assim a quadra é considerada parcialmente acessível,

e para melhorar poderia incluir corrimãos em seu acesso principal, ou ainda criar uma rampa que esteja de acordo com as normas.

Figura 45 - Acesso quadra futebol Society



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Ponto de ônibus

O ponto de ônibus atual é ligeiramente distante do parque, cerca de 400 metros. Assim, essa pesquisa sugere que seja implementado um novo ponto que siga os padrões de acessibilidade, apresentando segurança para diferentes tipos de pessoas, e proporcionando a inclusão tão necessária para o ambiente urbano. Sugere-se que o padrão adotado seja o ponto de ônibus existente no centro da cidade, com proteção nas laterais e área de permanência para cadeirantes (Figura 46).

Figura 46 - Projeto do ponto de ônibus da área central



Fonte: CRN Online, 2024.

Sanitários

Como já apresentado, existe um fraldário e um sanitário acessível no parque. Esses dois permanecem trancados e os seguranças abrem quando solicitado pelo usuário, esse fator de barreira de acesso já é algo referente a complicação e a uma falsa inclusão. Além disso, ao adentrar ao banheiro dito como acessível, percebe-se que algumas das normas de acessibilidade realmente são seguidas (Figura 47).

Figura 47 - Banheiro acessível



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Analisando as normas da NBR 9050/2015, o banheiro possui a área do módulo de referência lateral de acordo, porém as barras de apoio fixo estão incorretas, falta a barra de fundo acima do vaso sanitário e a altura da barra existente está a 110 cm do chão, quando deveria estar a 75cm, isso basicamente torna o banheiro comum, apenas com mais espaço do que as demais cabines, porém está distante de ser acessível de fato.

Edificação Institucional

A edificação institucional é acessível, possui um piso nivelado e firme. É um local sombreado e agradável para se estar. No entanto, faltam mesas e equipamentos para que se torne um local de permanência e não apenas simples passagem. O projeto original trazia essas mesas no pátio central, porém como já apresentado, não foram executadas. Assim, a pesquisa sugere que mesas fixas sejam instaladas para que as pessoas possam confraternizar em família em um espaço sombreado, próximo ao bebedouro e banheiros.

Lago

O lago é um ponto de destaque do parque, porém a falta de acessibilidade no acesso prejudica bastante a apropriação do espaço pelos usuários. As duas passarelas são estreitas, 1,5m de largura, e possuem inclinação bastante acentuada. O desnível até a parte de baixo do parque é considerável, visto que o paredão possui mais de 10 metros de altura, porém a execução deveria garantir um acesso seguro e acessível para as pessoas. A NBR 9050 traz a maior inclinação aceitável para uma rota acessível de 12,5%, o que com 10 metros de altura daria uma rota de 80 metros lineares. Utilizando o software Google Earth, foi possível medir aproximadamente os passeios laterais, os mesmos possuem mais de 70 metros lineares. Isso não garante uma plena acessibilidade, porém não está distante. Uma estratégia que poderia facilitar o acesso ao lago é a instalação de corrimões que apoiassem os usuários no percurso.

Pisos e Caminhos

Seguindo o mesmo raciocínio do tópico anterior, um grande obstáculo é a inclinação do terreno existente no parque. Os locais de maior preocupação são as descidas para o lago, as demais pistas possuem inclinação dentro de um passeio confortável para a maior parte das pessoas. No entanto, grande parte dos caminhos possuem a largura mínima recomendável pela norma de acessibilidade (NBR 9050/2015) de 1,5m, assim esse é um ponto que poderia ser melhorado para que as pessoas possam passar com maior tranquilidade.

Os caminhos existentes não contemplam piso tátil para pessoas com deficiência visual. Este encontra-se apenas na calçada externa de perímetro, nos caminhos internos não existe qualquer tipo de estratégia de inclusão para pessoas de baixa visão. De acordo com o Decreto 5.296/2004 a instalação de piso tátil se faz obrigatória para “vias, praças, logradouros, parques e demais espaços de uso público”. Sendo assim, o item pisos e caminhos é considerado parcialmente acessível ou inclusivo, primeiro por conta das inclinações e segundo pela ausência de piso tátil.

Estacionamento

O estacionamento não contempla nenhuma sinalização de vagas exclusivas para idosos ou pessoas com deficiência. As vagas são em grande quantidade (77 vagas), porém de acordo com a Lei Federal nº. 10.098/2000 as vias públicas necessitam ter pelo menos 2% das vagas de veículos destinadas para pessoas com deficiência, sendo no mínimo uma vaga, e essas vagas devem ser devidamente sinalizadas, o que no parque não acontece. Assim, sugere-se que sejam implementadas vagas sinalizadas exclusivas para pessoas com deficiência e também para idosos, conforme a Lei Municipal nº. 4.274/2022, que determina que 5% das vagas nos espaços públicos devem ser destinadas exclusivas para idosos.

Segurança

Assim como apresentado no tópico da análise anterior, os principais pontos de falta de segurança estão no controle de acesso ao topo da pedreira e a falta de monitoramento da vista do paredão de pedra pelo lago. Essa insegurança é agravada pela falta de iluminação, ou seja, a faixa mais baixa do parque além de ter uma acessibilidade regular, é também bastante insegura, o que torna o local pouco inclusivo dentro do parque, e o que deveria ser um grande destaque de visual é pouco explorado pelos visitantes (ITO, 2021).

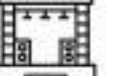
Retomando a meta 7 do objetivo número 11 da Agenda 2030, os espaços públicos devem ser seguros particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Bertuzzi (2021) afirma que a iluminação é um dos principais fatores que impactam na questão de sentimento de segurança nos espaços públicos. Reforça ainda que um local com iluminação inadequada é considerado como mais atrativo para pessoas más intencionadas, e que a boa iluminação atua como controle na manutenção e vigilância dos locais (Bertuzzi, 2021).

Iluminação

A iluminação também faz com que um espaço seja mais ou menos inclusivo, isso devido principalmente ao sentimento de segurança que o espaço transmite ao usuário. Como abordado anteriormente o parque conta com alguns locais pouco iluminados, fazendo assim com a inclusão do local seja falha. Outro ponto fundamental é quanto a visibilidade para pessoas de baixa visão, a iluminação falha prejudica a acessibilidade do local para elas (ITO, 2021).

Para sintetizar essa subseção, os itens são apresentados conforme sua avaliação referente a acessibilidade e inclusão (Figura 48), a legenda utilizada segue a metodologia apresentada na subseção 2.2.

Figura 48 - Análise de acessibilidade e inclusão da infraestrutura do parque

Identificação do local 	Bebedouro 	Lixeira 	Bancos 	Parque infantil 	Estrutura para terceira idade 	Equipamentos para exercícios 
Quadra Esportiva 	Palco/coreto concha acústica 	Obra de arte 	Vegetação 	Ponto de ônibus 	Sanitários 	Edificação institucional 
Ponto d'água 	Lago 	Piso e caminhos 	Estacionamento 	Paraciclo 	Segurança 	Iluminação 

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.4 Estratégias para a melhoria na qualidade do espaço do Parque da Pedreira

Após a análise de todos os tópicos levantados e analisados propostos pela metodologia, essa seção trará um panorama geral do parque, considerando suas condicionantes, potencialidades e deficiências. Como resultado, essa seção traz sugestões de implementações ou adaptações necessárias para que o parque tenha uma melhor funcionalidade, e ainda seja um local seguro, acessível e que promova a inclusão de todos. O Quadro 2 descreve de forma textual e sintetizada os mapas e avaliações da Figura 42, Figura 43, Figura 44 e Figura 48.

Quadro 2 - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	Sugestões
Identificação do Local	Falta de identificação inclusiva, ausência de identificação na entrada secundária	Duas entradas, possibilitam melhor acesso para os frequentadores	Instalação de um segundo portal na entrada secundária, e implementação de quadro com escrita em Braille
Bebedouro	Segue parcialmente as normas de acessibilidade	Em bom estado, bem localizado	Executar uma base em concreto para elevação do bebedouro, para que atinja a altura adequada
Lixeiras	Necessitam de saco plásticos, duas quebradas, uma com mau posicionamento	Suficientes, segue padrão do município	Acrescentar 6 unidades, uma lixeira com divisórias de recicláveis na sede. Possibilidade de mudança de modelo para que não necessite de sacos plásticos
Bancos	Insuficientes	Boa qualidade, acessíveis, segue padrão do município	Acrescentar 44 unidades, seguindo parcialmente o projeto original
Parque Infantil	Ausência de equipamentos de inclusão para pessoas com deficiência, poucos	Bem sombreado, bem localizado, equipamentos em bom estado	Acrescentar mais bancos ao redor para os responsáveis, acrescentar equipamentos que

	bancos para permanência dos adultos supervisionarem		sejam acessíveis para crianças de cadeiras de rodas
Estrutura para Terceira Idade	Falta de sombreamento	Piso bom e nivelado, equipamentos em bom estado, presença de equipamentos acessíveis para pessoas com deficiência	Melhorar vegetação ao redor para criar mais sombreamento
Equipamentos para Exercícios	Ausência de outros equipamentos	Projeto original contempla pista de skate, cancha de bocha, quadra poliesportiva, quadra de areia e área de tai-chi	Execução dos equipamentos conforme projeto existente
Quadra Esportiva	Acesso não segue as normas de acessibilidade	Piso em bom estado, iluminação adequada, livre acesso	Implementação de corrimão para acesso à quadra
Palco/Coreto	Inexistente	Amplo espaço para possível instalação, terreno favorável para arquibancada	Instalação de arena para eventos, seguindo local do projeto original
Obra de Arte	Inexistente	Amplo espaço para possível instalação	Instalação de uma obra de arte em local destinado a piquenique, implantação da Árvore Solar

Vegetação	Árvores esparsas, sem projeto paisagístico intencional	Amplo espaço para implementação de um projeto	Elaboração de um projeto paisagístico, que cumpra a função estética, ecológica e psicológica
Ponto de ônibus	No limite da distância máxima indicada	Padrão de ponto do município, é inclusivo, linha já passa próximo ao parque	Instalação de novo ponto de ônibus mais próximo ao parque
Sanitários	Manutenção inadequada, banheiro que deveria ser acessível, na verdade não é	Existentes e suficientes	Adequação do banheiro acessível de acordo com as normas, melhoria na fiscalização e manutenção dos banheiros
Edificação Institucional	Pouco utilizada por falta de equipamentos	Utilizada como depósito, bem localizada, piso adequado, espaço amplo e sombreado	Implantação de mesas para que as pessoas possam utilizar como espaço de apoio
Ponto d'água	Inexistente	Rede de água existente no parque	Instalação de dois pontos de água para auxílio na manutenção da obra de arte e do palco/coreto
Lago	Falta de iluminação, bancos, segurança baixa, dificuldade no acesso	Paisagem interessante e admirada pelos frequentadores	Instalação de bancos, e iluminação, execução de corrimãos nas pistas de acesso

Pisos e Caminhos	Inclinação alta em alguns locais do parque, ausência de corrimãos para facilitar o acesso, ausência de piso tátil	Pisos em bom estado, caminhos diversos pelo parque	Instalação de corrimãos no acesso a quadra, nas pistas que descem ao lago para apoiar os frequentadores, instalação de piso tátil por todo percurso
Estacionamento	Ausência de sinalização de vagas destinadas a pessoas com deficiência e idosos	Amplo espaço de estacionamento	Execução da sinalização das vagas reservadas
Paraciclo	Inexistente	Amplo espaço para instalação, modal bastante utilizado na cidade	Instalação de paraciclo próximo a entrada principal
Segurança	Falta de barreira no topo da pedreira, área do lago pouco supervisionada	Sistema de câmeras de monitoramento instaladas, existência de um segurança 24 horas	Execução de barreira no topo na pedreira, ou do mirante que o projeto original contempla, instalação de mais iluminação principalmente na área do lago
Iluminação	Pontos com iluminação baixa, área do lago com ausência de iluminação	Postes de LED que acendem automaticamente a partir de um horário	Instalação de mais postes, principalmente onde já existe a base destinada a tal uso

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Dessa forma, algumas proposições de melhorias foram feitas para que o parque possa ser um local ainda melhor e de melhor apropriação das pessoas. Essas proposições se baseiam na literatura analisada, buscando tornar o local mais atrativo, acessível, seguro e inclusivo.

Quanto ao item identificação do local, a sugestão é a instalação de um segundo portal na entrada secundária para que esta também seja utilizada pela população, além disso sugere-se a implementação de um quadro com escrita em Braille em uma área próxima a entrada principal para que pessoas com deficiência visual também possam saber o nome do parque, e melhor se localizarem.

Já sobre o segundo item, o bebedouro, a única questão identificada é quanto a altura das torneiras que estão abaixo do indicado pela NBR 9050, assim a sugestão é que seja executada uma base em concreto para elevação do bebedouro, para que atinja a altura adequada. O terceiro item analisa as lixeiras, a sugestão é de acrescentar 6 unidades próximas aos novos locais de bancos, também seria importante uma lixeira com divisórias de recicláveis na sede para que as pessoas possam descartar diferentes resíduos. Além disso, uma importante proposição é a alteração do modelo das lixeiras, pois o modelo atual somente funciona com sacos plásticos, no entanto essa manutenção dos sacos e troca não funciona adequadamente, o que faz com que os vãos da lixeira permitam transpassar resíduos menores, como uma embalagem de picolé ou tampas pequenas, resíduos comuns para um parque de lazer.

O quarto item trata dos bancos, o principal problema é quantidade, então foram propostos 44 novos bancos localizados parcialmente de acordo com o projeto original, com algumas adaptações da autora, baseados na questão da socialização das pessoas, e nos principais locais de sombreamento do parque. Já quanto ao parque infantil, uma proposição está relacionada aos bancos, pois seria importante ter locais para que os responsáveis pudessem supervisionar as crianças nos brinquedos infantis. Além disso, uma outra proposição é que o parque infantil tenha equipamentos acessíveis para crianças cadeirantes, o que vai de encontro com os conceitos de inclusão e acessibilidade estudados.

Quanto à estrutura para terceira idade, a sugestão é que seja melhorada o sombreamento do local, pois hoje não existem árvores próximas o que dificulta bastante a atividade das pessoas, colocando inclusive pessoas mais sensíveis em risco de queimaduras solares. Sobre o item equipamentos para exercícios a sugestão é a execução dos equipamentos conforme projeto existente, que seriam uma arena para Tai-Chi, uma cancha de bocha, pista de skate, quadra poliesportiva e quadra de vôlei de areia. Além disso foi analisado também a quadra de futebol existente e foi identificado que seu acesso não se enquadra nas inclinações máximas indicadas

pela NBR 9050, assim a sugestão é que seja feita uma rampa de acordo com as normas e com corrimão para maior segurança dos frequentadores.

Os itens obra de arte e palco ou coreto são inexistentes atualmente, porém entende-se que são relevantes para a boa usabilidade do espaço, assim a proposta é que sejam implantadas em locais com menos atividades dentro do parque para criar mais espaços ativos para os frequentadores, inclusive o palco de atividades foi seguido a mesma localização indicada pelo projeto original. Quanto a obra de arte a sugestão é de ser instalado uma Árvore Solar, projeto criado pela Prefeitura Municipal e que funciona como ponto de internet, tomadas e apoio tecnológico para as pessoas, essa árvore segue a tendência dos frequentadores em querer utilizar de internet gratuita em espaços públicos.

Em relação ao paisagismo, o que destaca no parque é justamente a falta de projeto paisagístico, com poucas áreas de sombreamento, o que dificulta as atividades ao ar livre. Dessa forma, a proposta é que seja realizado um projeto paisagístico e que incorpore locais sensoriais e de amplo sombreamento. O próximo item trata do ponto de ônibus, algo essencial para que o parque seja inclusivo na cidade, a sugestão é que seja acrescentado um ponto dentro da rota já existente e que este atenda ao padrão atual do município, um ponto de ônibus que proteja as pessoas, inclusive com acessibilidade para pessoas cadeirantes.

Quanto ao item sanitários, a proposta é em relação a uma melhor manutenção do local, pois atualmente os sanitários não são higienizados e algumas cabines vandalizadas. No entanto, a maior sugestão é quanto ao banheiro acessível, que não está de acordo com a NBR 9050, assim o banheiro deve ser adequado às normas e também facilitado seu acesso, é mantido trancado e apenas aberto pelo segurança do parque. O próximo item analisa a edificação institucional, a proposta é que sejam implantadas mesas na área do pergolado, pois hoje não existem mesas de apoio no parque, e a área da edificação seria melhor utilizada pelas pessoas com mesas fixas para alimentação ou reuniões.

O item ponto de água é inexistente, a proposta é que sejam implantados dois pontos de água para a manutenção do local, um próximo a obra de arte e o segundo próximo do palco, que serão dois pontos de grande aglomeração de pessoas e seria necessário limpezas mais constantes. Já o lago é um ponto crítico do parque, pois deveria ser mais valorizado e mais utilizado pelos frequentadores, para tanto sugere-se que sejam implantados bancos para que as pessoas possam contemplar o visual, além de iluminação para garantir a segurança do local. Outro ponto crítico do lago é o acesso, as rampas laterais possuem inclinação acima do considerado acessível, esse fato é entendível pelo grande desnível do terreno, porém sugere-se

a implantação de corrimão e guarda corpo para servirem de proteção e auxílio nos deslocamentos dos frequentadores.

Em relação ao item pisos e caminhos a sugestão é que seja implantado piso tátil em todo o percurso para incluir pessoas com baixa acuidade visual a sentirem-se incluídas no local, além de facilitar seu deslocamento dentro do parque. Sobre o item estacionamento a sugestão é que sejam feitas as identificações de vagas reservadas conforme as legislações estaduais e municipais, vagas para pessoas com deficiências e idosos. Outro ponto que tem relação com a inclusão do parque é a instalação de paraciclos próximo às entradas, para que o modal bicicleta seja também valorizado, visto que é um modal bastante utilizado pelas pessoas na cidade, inclusive como forma de lazer, o que vai de encontro às atividades do parque.

Os dois últimos itens tratam da segurança e da iluminação, são itens complementares e essenciais para a boa utilização do parque. Quanto à iluminação a sugestão é que sejam instalados postes nas bases já existentes, que se localizam principalmente na região do lago. E sobre a segurança, a proposta inclui a melhoria no controle do acesso na parte de cima da pedreira pois já houveram casos de acidentes no local.

Dessa forma, as propostas buscaram ser práticas e de baixo custo de implementação. Além disso, foi levado em consideração o projeto original do parque, e a melhor usabilidade do espaço. O poder público poderia dividir as propostas em etapas para viabilizar a execução, dando prioridade para iluminação e segurança, visto que são primordiais para a integridade dos frequentadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal avaliar a infraestrutura, a segurança e a inclusão no Parque João Teodoro de Oliveira – popularmente conhecido como Parque da Pedreira – situado no município de Campo Mourão, Paraná. A partir de uma abordagem interdisciplinar e quali-quantitativa, foi possível compreender como esse espaço público, recentemente implantado, tem sido utilizado pela população, além de identificar suas potencialidades e limitações enquanto aos equipamentos e infraestrutura.

O procedimento metodológico adotado para avaliar o parque de forma quali-quantitativa foi baseado na proposta de De Angelis (2000), adaptada por Bovo (2009), e contou com um levantamento detalhado da infraestrutura do parque, seguido por sua avaliação quali-quantitativa por meio de quadros de referência. Cada item foi classificado segundo seu desempenho qualitativo e quantitativo, representado por mapas temáticos com diferentes legendas de cor. Também foram avaliadas as condições de acessibilidade e inclusão, utilizando como base as legislações nacionais e diretrizes internacionais, além da Agenda 2030 da ONU. Por fim, foi aplicada a metodologia CPD (Condicionantes, Potencialidades e Deficiências), proposta por Dias (2013), como forma de sintetizar os achados e organizar propostas práticas de intervenção para o espaço.

O parque é um local bastante frequentado pela população que vive nos arredores, principalmente nos finais de tarde e finais de semana. Os principais públicos são as crianças, devido ao *playground*, e também jovens frequentadores da quadra de futebol society disponível.

Essa apropriação pela população poderia ser ainda mais efetiva se houvessem mais bancos, para que as pessoas pudessem relaxar e socializar. Existe ainda a questão da falta de vegetação, as árvores do parque são esparsas e em pouca quantidade, o que se destaca é a região de baixo da pedreira que possui mais vegetação, porém nenhum banco, nem iluminação. Ou seja, uma área sem condições de usabilidade para a contemplação do paredão natural de pedra.

Com base no diagnóstico desenvolvido para o parque, foram elaboradas propostas de melhorias práticas e viáveis, que buscam tornar o espaço mais inclusivo, seguro e atrativo para a população. Entre elas, destacam-se: a instalação de sinalização tátil e em Braille; adequações em elementos como bebedouros e sanitários às normas de acessibilidade (NBR 9050); ampliação e redistribuição de mobiliário urbano como bancos e lixeiras; implantação de sombreamento e paisagismo adequado; implementação de obra de arte e palco para melhor apropriação do espaço; execução dos equipamentos esportivos já presentes no projeto original;

melhoria na iluminação e segurança, especialmente nas áreas do lago e da pedreira; além da inclusão de elementos tecnológicos como a Árvore Solar.

Essas proposições foram pensadas com base na literatura estudada, nos dados coletados em campo e no projeto original do parque, buscando alinhar teoria e prática para promover o uso equitativo do espaço público. As sugestões, além de serem de baixo custo, podem ser implantadas de forma escalonada pelo poder público, com prioridade para ações que impactem diretamente na segurança e na acessibilidade dos frequentadores.

Quanto à relevância da pesquisa, os espaços públicos são locais essenciais para o desenvolvimento social, tanto com questões de saúde e ecologia, como também de organização democrática. A luta pelo acesso ainda é necessária e comunidades unidas se organizam melhor para poder cobrar seus direitos à saúde, educação, lazer, moradia, segurança, entre outros.

Ao analisar a hipótese inicial, o Parque da Pedreira de Campo Mourão não atende os requisitos básicos de segurança, acessibilidade e inclusão, mesmo sendo um projeto recém executado, percebe-se que a mesma se confirma parcialmente. Assim, o parque cumpre com alguns requisitos, porém com muitas falhas principalmente em relação a acessibilidade e inclusão do espaço. Dessa forma a pesquisa segure estratégias que possam melhorar ainda mais a usabilidade do espaço, pensando sempre na segurança, acessibilidade e inclusão.

As reflexões teóricas e práticas ao longo do trabalho reafirmaram a importância do espaço público como elemento fundamental para a vida urbana e para o fortalecimento da cidadania. O parque, enquanto espaço coletivo, deve ser pensado e gerido com base em princípios de equidade, participação social e sustentabilidade, alinhando-se às diretrizes da Agenda 2030 da ONU.

A utilização de uma metodologia interdisciplinar mostrou-se essencial para a análise complexa do objeto de estudo. As disciplinas arquitetura, geografia e sociologia forneceram diferentes lentes interpretativas que, ao serem integradas, ampliaram a compreensão do espaço público como um território vivo, em constante transformação. Este estudo também demonstrou como a avaliação sistemática de um espaço pode embasar proposições concretas de melhoria, que não apenas respondem a necessidades atuais dos usuários, mas também antecipam demandas futuras, fortalecendo o papel do parque como agente estruturador da qualidade de vida urbana.

A abordagem interdisciplinar adotada ao longo da pesquisa se mostrou essencial para a compreensão ampla e integrada do objeto de estudo, demonstrando como diferentes áreas do conhecimento contribuem para a construção de espaços urbanos mais humanos, sustentáveis e democráticos. Vale destacar que, ao confrontar os dados empíricos com a hipótese levantada

inicialmente, conclui-se que esta foi parcialmente confirmada. Embora o parque apresente diversos itens em conformidade com os requisitos básicos de segurança, acessibilidade e inclusão, ainda há carências importantes que comprometem sua plena usabilidade por todos os públicos. Essa constatação reforça a necessidade de contínuo monitoramento e aprimoramento dos espaços públicos, mesmo quando recém-executados.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento de estudos voltados à participação popular na gestão dos espaços públicos, bem como avaliações periódicas da infraestrutura urbana em diferentes contextos socioterritoriais. Além disso, seria relevante investigar como políticas públicas municipais vêm sendo articuladas para garantir a manutenção e evolução desses espaços, especialmente em cidades de médio porte como Campo Mourão. Por fim, reforça-se que conhecer, avaliar e repensar os espaços públicos não é apenas uma ação técnica, mas um compromisso ético com a construção de cidades mais inclusivas, seguras e humanas. Que esta pesquisa possa contribuir, ainda que modestamente, para esse objetivo coletivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16071-1/2012:** *Playgroudns* Parte 1: Terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050/2015:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ALVARENGA, Augusta Thereza de. et al Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A.; NETO, A. J. S. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri-SP, Manole, 2011.

ALVES, Glória da Assunção. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892

ALIPRANDI, Danielly Cozer. **A construção coletiva dos espaços livres públicos: o arquiteto e os procedimentos participativos**. 2010. Dissertação (mestrado). 135f. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BATISTA, Marinalva dos Reis. Espaços Públicos na Cidade de Campo Mourão. In: Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional. III. **Anais...**

BERTUZZI, Felipe Buller. A influência da iluminação pública na segurança urbana noturna. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 48, p. e174975, 2021. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.174975. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/174975>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR**. 2009. Tese (doutorado). 324f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

BOVO, Marcos Clair; Amorim, Margarete Cristiane de Costa Trindade. (2011). Análise e diagnóstico dos parques urbanos em Maringá (PR) Brasil. **Geo UERJ**, 2(22), 323–349. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2011.2466>

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 5.296/2004**. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2000**. Brasília: Casa Civil, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Secretaria Geral, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257/2011**. Estatuto da Cidade. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.133/2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília: Secretária Geral, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm>. Acesso em 12 abr. 2024.

BRÜGGER, Paula. O vôo da água: reflexões sobre método, interdisciplinaridade e meio ambiente. **Educar**. Curitiba, n. 27, 2006.

CAMPO MOURÃO. **Árvore Solar**. Disponível em: <<https://campomourao.atende.net/cidadao/noticia/arvore-solar-mais-um-servico-inovador-da-prefeitura-de-campo-mourao>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

CAMPO MOURÃO. **Lei nº. 4.274/2022**. Estatuto Municipal do Idoso. Campo Mourão: Poder Legislativo, 2022. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/campo-mourao/lei-ordinaria/2022/428/4274/lei-ordinaria-n-4274-2022-dispoe-sobre-o-estatuto-municipal-do-idoso-conselho-municipal-de-direitos-da-pessoa-idosa-e-do-fundo-municipal-da-pessoa-idosa-e-da-outras-providencias#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20Municipal,Idosa%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>>. Acesso em: 31 dez. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CIDADE PORTAL. **Parque no Jardim Modelo de Campo Mourão está com quase 50 por cento da 1ª fase executada**. Disponível em: <<https://campomourao.cidadeportal.com.br/noticia/99104/07-10-20/parque-no-jardim-modelo-de-campo-mourao-esta-com-quase-50-por-cento-da-1-fase-executada>>. Acesso em 12 abr. 2024.

COSTA, Fábio Rodrigues da. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percursos**. Maringá, n.1, v. 6, 2014.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Edições 70, 2018.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **Urbanismo: Planejamento Municipal**. Cascavel: FAG, 2013.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. Revisão histórico-crítica dos estudos sobre interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18 ed. Papiru, 2012.

FERREIRA, Jéfersson Gabriel Alves. **A praça e o ciclista: espaço público, lazer e qualidade de vida em Umuarama-PR**. 183f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

FIALHO, C, F, S; OLINI, P. B. B. Dos campos ao concreto: o desenvolvimento urbano de Campo Mourão. In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. 2020, São Paulo, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<<https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/10001/1686>>. Acesso em 30 abr. 2024

FRANCISCON, Anderson. **Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão – PR:** particularidades e potencialidades. 2019. 267 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, 2019.

FRANCISCON, Anderson; BOVO, Marcos Clair. Sol, vento, sombra e água fresca: quais seriam as características desejadas para um bom espaço público? **Formação**. V. 29, n 54, 2022. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8303>>. Acesso em: 11 out. 2024.

FRANCISCON, Anderson; BOVO, Marcos Clair. O espaço público na contemporaneidade e no futuro: o utopismo quando aplicado. **Geo UERJ**, n. 39, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/45132>>. Acesso em: 11 out. 2024.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CALVOSO, Genilda Garcia; GONZALES, Carlos Batista Lopes. Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade. **Psicologia: reflexão e crítica**. v. 15, n. 2, p. 243-250, 2022.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2024.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.

GHISLENI, Camilla. **O que é planejamento urbano?** Disponível em: <>. Acesso em mai. 2024

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12. In: _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução: Flávio R. Kothe. Tempo brasileiro, 1984.

HAHN, Fábio André. Interdisciplinaridade: possibilidades de leitura para um jovem pesquisador. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. **Interdisciplinaridade:** perspectivas e desafios. Guarapuava: Unicentro, 2020.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, 14(28), p. 8-39, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ITO, Marcia Akemi Kaneko. **Inclusão e acessibilidade na arquitetura**: revisão sistemática sobre iluminação e baixa visão. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-03122021-164147/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 5. reimp. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira et al. Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2. São Luís. **Anais...** São Luís: Imprensa Emater/MA, 1994.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 2011.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. [Coleção Quapá].

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELISSATUR. **Itinerários do transporte público**. Disponível em: <<https://www.melissatur.com.br/consulta-itinerario>>. Acesso em 26 dez. 2024.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, D. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Leaving no one behind**: the imperative of inclusive development. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2016.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, março 2005, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Licitações Gerais**. Tomada de preços nº 18 de 2019. Disponível em: <<https://campomourao.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>>. Acesso em 12 abr. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução: Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Eduardo. **Como os edifícios podem funcionar para todos?** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/998771/como-os-edificios-podem-funcionar-para-todos-o-futuro-da-inclusao-e-acessibilidade-na-arquitetura>>. Acesso em mai. 2024.

TASABENDO. **Adolescente cai de penhasco em meio a pedras e escapa com ferimentos leves**. Disponível em: <<https://tasabendo.com.br/transito/acidentes/adolescente-cai-de-penhasco-em-meio-a-pedras-e-escapa-com-ferimentos-leves/>>. Acesso em 26 dez. 2024.

YOKOO, Sandra Carbonera. **Anos bons e anos ruins, do ponto de vista climático, para as culturas do trigo e da soja no município de Campo Mourão-PR**. 2007. 194f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós Graduação em Geografia, Maringá: 2007.



	PROJETO ARQUITETÔNICO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
<i>Rua Brasil, 1427 - Fone (044) 3218 1141 - Fax (044) 3218 1118 - CEP 87201-140 - Campo Mourão</i>	
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - PR	
LOCAL: CONSTRUÇÃO PARQUE MUNICIPAL DA PEDREIRA RUA ALCIDES HAUAGUE LOTENº 36-A, DO MODELO E LOTE Nº 138-C3 GLEBA Nº. 1º PARTE DA COLÔNIA MORADA NA REGÃO DO JARDIM MODELO	
PROPRIETÁRIO	PROJETO
PROPRIETÁRIO	EXECUÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO CNPJ Nº 00.948.249/00-00	CÉLIO HIRSHFELD TANAKA ARQUITETO CREA-PR/41217-0
REFERÊNCIA	ASS.
IMPLANTAÇÃO COM A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	
PREFETO	SECRETARIA
TAUÍLO TEZELLI	SIMONE DE CÁSSIA PADILHA